



**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

--- Aos vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e sete minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de José Luís Nunes, estando ainda presentes Roberto Paulo Ferreira Vieira e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, em substituição de Luísa Isabel Henriques Gouveia, como Primeiro e Segunda Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente** – Alexandrina Liliana Marinho Alves (PPD/PSD), Ana Margarida Rodrigues Luís (PPD/PSD), Ana Maria Sousa de Freitas (PPD/PSD), António Luís Abreu Figueirôa (PPD/PSD), Bruno Alexandre Vieira Bento (PPD/PSD), Carlos Alberto Ferreira Pereira de Abreu (PPD/PSD), Daniel Almeida Meneses (PPD/PSD), Fabíola Maria de Sousa Pereira (CDS-PP), Gonçalo Nuno Pimenta Camacho (CDS-PP), João Paulo Pereira Marques (PPD/PSD), Jorge Simplicio Pereira Pestana (PPD/PSD), Luís Jorge Gonçalves de Freitas (PPD/PSD), Marco Aurélio da Mata Pereira (PPD/PSD), Maria Idalina Fernandes da Silva (PPD/PSD), Pedro José Jardim Gomes (PPD/PSD), Ricardo Nuno Pestana Abreu (CDS-PP), Rosa Sofia Pestana Camacho (CDS-PP) e Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues (PPD/PSD).-----

--- **Grupo Municipal do PS** – Andreia Drumond Caetano, Guido Marcelino Mendonça Gomes, José Gabriel Pereira de Oliveira, José Júlio de Carvalho Gomes Curado, José Manuel Domingos Sebastião, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes e William Joel dos Santos Figueira.-----

--- **Grupo Municipal do BE** – Egídio Paulo Caires Fernandes, Igor Davide Ribeiro Andrade e Maria José Santos Gouveia.-----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PAN** – Joaquim José Batalha de Sousa.

--- **Deputado Municipal Único Representante do PDR** – José Rodolfo de Sousa Alves, não compareceu. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante do MPT** – Valter Freitas Rodrigues. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante da CDU** - Énio Dionísio Vieira Martins. ----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Amaro de Bettencourt Calado, da Senhora Vice-presidente Maria Cristina Andrade Pedra Costa e dos (as) Senhores (as) Vereadores (as) Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Bruno Miguel Camacho Pereira, Helena Maria Pereira Leal, João José Nascimento Rodrigues, Micaela Gomes Camacho, Nádia Micaela Gomes Coelho e Amílcar Xavier Caires Nunes. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- Verificada a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, abriu a sessão manifestando o seguinte: “Estamos novamente reunidos para uma nova sessão ordinária da nossa Assembleia Municipal. Uma vez mais não temos inscrições dos nossos munícipes, julgo que por não terem queixas da atuação da nossa Vereação, nem da nossa Assembleia. Estão agendados 18 pontos no Período de Antes da Ordem do Dia e 11 que constam do edital nº 295/2023. Teremos vários pontos relevantes na Ordem de Trabalhos, nomeadamente os que descrevem a gestão orçamental desta autarquia, portanto, temos uma nova oportunidade para avaliar o trabalho efetuado pelo atual executivo camarário e deliberar sobre matérias relevantes para este Município. Antes da Ordem do Dia, quero também partilhar algumas das preocupações que me vão na alma decorrentes de episódios estranhamente regulares que conduzem, na minha modesta opinião, à total descredibilização da governação nacional. Os exemplos são inúmeros, mas, por exemplo, o caso da TAP em que as verdades de hoje sobre pareceres e afins, são



inverdades de amanhã. É a justiça que nos falha, porque mais uma vez vai deixar prescrever alegados crimes graves, crimes da lesa pátria, permitindo que indivíduos como José Sócrates, permaneçam livres por questões técnicas e não por terem sido ilibados. É a saúde que continua moribunda em território continental, com incidentes lamentáveis como os que ocorrem a nível da saúde materna infantil, sempre em crise constante. É o custo de vida galopante cujas medidas mesmo com o IVA a 0, não tem nenhuma repercussão positiva junto dos consumidores. É a educação com greves intermináveis de professores que afeta sobremaneira a qualidade do ensino e das gerações vindouras, que será futuro dos nossos jovens.-----

O momento atual faz-me lembrar a história infantil intitulada “O Rei vai nu”, que relata dois indivíduos a enganarem o rei, fazendo-o acreditar que lhe haviam confeccionado vestes que só os inteligentes conseguiam ver. Neste caso, não é o rei que vai nu, é o povo que vai nu, mas, felizmente, parece que o povo já começa a aperceber-se disso. Porque com tanto parlamentar, o mais normal é o povo se revoltar, a perder a confiança, não só em quem depositou o seu voto, mas também na classe política. E bem sabemos que temos muito boa gente a trabalhar em prol dos cidadãos. Também aqui no nosso Funchal, como já tive a oportunidade de referir em outras ocasiões, há aspetos que me inquietam como a insegurança que vivemos fruto de excessos diversos. Mas também é reconfortante perceber que a autarquia, como afirmou recentemente o Senhor Presidente Pedro Calado, está atenta a uma realidade que traduz o aumento do consumo de drogas entre os nossos jovens. O problema é que o poder autárquico não basta enquanto não se alterarem leis, não se unirem entidades, não se formarem forças comuns que definam estratégias de combate a esta problemática das drogas, vamo-nos sentir sempre inseguros. É preciso mais. É também preciso mais para resolver as carências habitacionais que continuam a afigurar na ordem do dia, mas convém referir que já é muito interessante a atual criação e

projeção de habitações sociais, que mesmo não sendo ainda em número ideal, são respostas capazes. -----

Face a tudo o que já referi é mais importante do que nunca elevar o debate desta Casa da democracia, peço-vos por isso a todos, que resistam ao populismo, que não cedam ao extremismo e que defendam as vossas ideias com a dignidade que os munícipes merecem, contribuindo individual e coletivamente para garantir mais e melhor qualidade de vida para todos os funchalenses.-----

Peço-vos finalmente para que me perdoem por ter feito as declarações com bom sotaque madeirense, mas ao contrário do que ouvi por estes dias, fica aqui a minha declaração de que jamais atraíçarei a minha pátria falando em tom brasileiro, e os brasileiros merecem todo o meu respeito."-----

De seguida deu início aos trabalhos dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:-----

1.1 Luísa Isabel Henriques Gouveia, deputada municipal eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituída por Ricardo Nuno Pestana Abreu. -----

1.2. Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por António Luís Abreu Figueirôa.-----

1.3. Marco António Nunes Dias, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo CS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído na impossibilidade de José Maurício Nunes Gonçalves por Rosa Sofia Pestana Camacho.----

1.4. Jéssica José Ferreira Faria, deputada municipal eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicada pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída na impossibilidade de Liana Pestana dos Reis e de Daniel Trindade Borges, por João Henrique

Vital Jardim, que não compareceu.-----

1.5. Alexandre Miguel Carvalho da Silva, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Ana Maria Sousa de Freitas. -----

1.6. Herlanda Maria Gouveia Amado, deputada municipal eleita pela CDU, comunicou a sua ausência sendo substituída por Énio Dionísio Vieira Martins. -----

1.7. Rubina Vanessa da Silva Rebelo, eleita pelo PDR, comunicou a sua ausência sendo substituída por José Rodolfo de Sousa Alves, que não compareceu. -----

1.8. Paulo Sérgio Freitas Sousa, eleito pelo BE, comunicou a sua ausência sendo substituído, na impossibilidade de Miguel Ângelo Monteiro da Silva e de Carina Sofia Fernandes Quintal, por Igor Davide Ribeiro Andrade.-----

1.9. Maria Isabel de Ponte Garcês, eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída na impossibilidade de Tânia Sofia Gonçalves Caetano, por José Manuel Domingos Sebastião.-----

1.10. Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli, eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída, na impossibilidade de Márcia Catarina Sousa Silva, de José António Faria Castanha e de Luana Brazão Fernandes, por José Júlio de Carvalho Gomes Curado.-----

1.11. Luís Filipe de Sá Vieira, Independente, comunicou a sua ausência. -----

1.12. Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Bruno Alexandre Vieira Bento.-----

1.13. Luís Miguel Moura de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência

sendo substituído por Luís Jorge Gonçalves de Freitas. -----

1.14. Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Jorge Simplício Pereira Pestana.-----

1.15. Francisco Ilídio Rebolo de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Ana Margarida Rodrigues Luís. -----

1.16. Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Carlos Alberto Ferreira Pereira de Abreu.

2. AUSÊNCIA DE VEREADORES (AS): -----

2.1. Rúben Dinarte Silva Abreu, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência sendo substituído por Amílcar Xavier Caires Nunes. -----

2.2. Vítor Hugo Rodrigues de Jesus, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência.-----

EXPEDIENTE: -----

4. CONVITES:-----

4.1. O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----

- Seminário “Risco Sísmico e Tsunami no Funchal”, que se realizou no dia 10/03/2023.
- Sessão de apresentação do livro “Os Mergulhadores na Marinha”, que se realizou no dia 17/03/2023. -----
- Sessão de abertura do Seminário NTS (Novas Tecnologias do Socorro), que se realizou no dia 23/03/2023.-----

4.2. O Senhor Presidente do Núcleo Regional da Madeira da Liga portuguesa Contra

o **Cancro**, enviou um convite para a Sessão de Abertura da Palestra “De azul na luta contra o cancro colorretal”, que se realizou no dia 24/03/2023. -----

4.3. A Senhora Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Criança e Jovens do Funchal, enviou um convite para a Abertura das Atividades no âmbito da Campanha Laço Azul, que se realizou no dia 03/04/2023. -----

4.4. A Associação João Carlos Abreu, enviou um convite para uma visita àquele local, no dia 20/04/2023.-----

4.5. A Senhora Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, enviou um convite para o evento “Bem-Estar no Sistema de Proteção: Desafios e Estratégias”, que se realizou no dia 21/04/2023.-----

4.6. A Associação Portuguesa dos Juristas Democratas e do Núcleo da Madeira do Conselho Português para a Paz e Cooperação, para presidir à Sessão de Abertura do lançamento do primeiro número dos Cadernos da Paz - "Haverá Guerras Justas?", que se realizou no dia 21/04/2023.-----

5. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----

5.1. Da CDU: -----

- Insistência sobre a situação de emergência habitacional da Família de Bárbara Vanessa Sousa Rodrigues.-----
- Pedido de informação sobre a necessidade de um abrigo de paragem de autocarro no Curral dos Romeiros, términus da carreira nº 29, e sobre o levantamento de novos abrigos nas diversas freguesias do concelho do Funchal.-----
- Pedido de informação sobre a fala de condições de segurança e de higiene do serviço de oficinas da CMF na Fundoa.-----
- Pedido de informação sobre a conclusão das obras no Caminho do Meio – Choupana.-----

5.2. Do MPT: -----

- Pedido de documentos sobre resíduos.-----

5.3. Do PS:-----

- Pedido de documentos e informação no período compreendido entre outubro de 2021 a outubro de 2022. -----
- Pedido de documentos e informação no período compreendido entre outubro de 2022 até à presente data.-----

--- De seguida, após a dispensa da leitura da **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de seis de dezembro de dois mil e vinte e dois**, que foi previamente distribuída a todos os Senhores (as) Deputados (as), o Senhor Presidente da Assembleia colocou-a à votação, sendo **aprovada por maioria** com trinta e um votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, seis votos do PS, um voto do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e duas abstenções, uma do PS e uma da CDU. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Énio Dionísio Vieira Martins, da CDU**, para apresentar o seguinte **VOTO DE SAUDAÇÃO - Seleção Nacional Feminina de Futebol, pelo apuramento para o Campeonato do Mundo**: "No passado dia 22 de fevereiro a seleção feminina de futebol triunfou por 2-1 frente aos Camarões, garantindo assim a presença, pela primeira vez, na fase final de um Campeonato do Mundo. -----

Esta é uma vitória histórica para Portugal e para o desporto nacional, é o resultado de um árduo trabalho destas jogadoras e da respetiva equipa técnica. -----

Num sector marcado por grandes diferenças nas condições de participação das mulheres em relação aos homens, por grandes dificuldades das mulheres no acesso ao desporto profissional e competitivo, este triunfo deverá ser devidamente valorizado pelo resultado



em si, mas também pelo significado que tem na valorização do futebol e das restantes modalidades praticadas por mulheres e na necessidade de se continuar a apostar neste caminho. -----

A Região Autónoma da Madeira, tem presentes na Seleção Nacional Feminina de Futebol, jogadoras que muito têm contribuído para o sucesso da nossa Seleção. -----

Fátima Pinto de 26 anos iniciou a sua carreira na equipa feminina do grupo desportivo APEL, clube da sua cidade natal, o Funchal. Assinou com a equipa da primeira divisão do Atlético Ouriense, em 2013, e neste clube foi coroada campeã da liga na temporada 2013/2014, tornando-se a primeira jogadora feminina da Região Autónoma da Madeira a fazê-lo. Na temporada seguinte, foi para a Espanha e assinou com o clube *Primera División*, o *CD Santa Teresa* e passadas duas temporadas, regressa a Portugal para jogar no Sporting Clube de Portugal, onde ainda permanece. Com o clube, ela foi novamente coroada campeã da liga na temporada 2016/2017. Em 19 de março de 2018, Fátima Pinto que conta com 101 internacionalizações pela nossa Seleção, foi incluída no prêmio "Quinas de Ouro" entre as " 11 Melhores Jogadoras" da Liga Feminina Portuguesa. -----

Telma Encarnação, jogadora que integra a Seleção das Quinas, joga atualmente no Club Sport Marítimo e com apenas 20 anos, já soma quatro temporadas no patamar mais alto do futebol português, somando ainda 56 internacionalizações por Portugal, 19 das quais pela seleção principal.-----

Em 2018, com apenas 16 anos, inscreveu o seu nome numa das páginas da história do clube do Almirante Reis e em 27 de maio desse mesmo ano, o Marítimo subiu pela primeira vez à I Divisão, tornando-se na primeira equipa feminina, fora do território continental, a ascender ao patamar mais alto do futebol português.-----

Bárbara Santos de 28 anos, guarda-redes do Club Sport Marítimo, é uma das guardiãs da baliza da Seleção, tendo sido várias vezes fundamental para o sucesso alcançado pela

Seleção das Quinas, contando já com 28 internacionalizações. -----

A história destas jogadoras Madeirenses, deve encher-nos de orgulho e serve de exemplo para muitas meninas e mulheres, que cada vez mais praticam uma modalidade desportiva, que durante anos esteve vedada às Mulheres. -----

Muitas são as Mulheres Trabalhadoras, Mães, Estudantes que mesmo não sendo profissionais ou federadas, jogam com um amor pelas camisolas que representam, porque o futebol é a sua paixão e através desta Saudação e Homenagem a estas três jogadoras, que todas as jogadoras praticantes do futebol feminino na Região Autónoma da Madeira, se sintam igualmente valorizadas e reconhecidas pelos sacrifícios feitos em prol da modalidade. -----

Estes são dois exemplos de trabalho e dedicação, que elevam o nome da Região ao mais alto nível, devendo por isso ser reconhecidas por este mérito. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida a 28 de abril de 2023, saúda as jogadoras Madeirenses e toda a Seleção Feminina de Futebol, pelo apuramento para o Campeonato do Mundo, felicitando as suas atletas e respetiva equipa técnica e a Federação Portuguesa de Futebol, enaltecendo e valorizando todo o trabalho desenvolvido. -----

Esta Assembleia propõe igualmente que as jogadoras Telma Encarnação, Bárbara Santos e Fátima Pinto, sejam homenageadas em Sessão Solene do Dia da Cidade que se celebra a 21 de Agosto, pelo mérito e prestígio que têm trazido à Região e ao Funchal em particular, pelo glorioso palmarés conquistado até ao momento.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **VOTO DE SAUDAÇÃO - Seleção Nacional Feminina de Futebol, pelo apuramento para o Campeonato do Mundo**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, um voto do BE, um



voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Daniel Almeida Meneses, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, apresentou o seguinte **VOTO DE PROTESTO - Pela Discriminação Injustificada das Freguesias das Regiões Autónomas no Programa Apoiar**

Freguesias: "Nos termos do despacho n.º 34831/2023, emitido pelos Gabinetes do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, foram definidas as "condições, regras e período temporal do Programa APOIAR FREGUESIAS, para financiamento das despesas públicas de emergência realizadas pelas freguesias para conter e limitar a pandemia da doença COVID-19 no ano de 2020, nos termos do n.º 4 do artigo 67º da Lei n.º 24-D12022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023."-----

Para o efeito, o programa suprarreferido reserva uma dotação global de 5 milhões de euros, a que as freguesias se podem candidatar e para os quais são elegíveis despesas incorridas com a pandemia da doença COVID-19, nomeadamente: Equipamentos e dispositivos médicos; Equipamentos de proteção individual, designadamente máscaras, luvas e batas, e barreiras físicas de proteção; Testes, outras análises laboratoriais e outros meios de diagnóstico; Medicamentos; Assistência individual de emergência a públicos vulneráveis; Ações de sensibilização e sinalização relativas à prevenção da doença, entre outras. -----

De forma surpreendente, o Governo da República, através do citado despacho, limitou o apoio financeiro a conceder no âmbito do programa APOIAR FREGUESIAS às freguesias portuguesas do território continental. Desta forma, as freguesias da Madeira e dos Açores estão impedidas de aceder aos apoios concedidos, conforme resulta do Artigo 2º do suprarreferido despacho.-----

Esta discriminação levada a cabo contra, e em claro prejuízo, das freguesias das Regiões Autónomas, para além de absolutamente ilegal, constitui uma profunda injustiça perante as

estruturas do poder local que mais perto estão das pessoas. -----

Resulta da lei que o financiamento das autarquias locais - freguesias e câmaras municipais - é uma competência e uma responsabilidade atribuída ao Orçamento do Estado, através de, entre outros, o Fundo de Equilíbrio Financeiro e o Fundo Social Municipal. Essa responsabilidade, garantida pelo regime financeiro das autarquias locais, dos estatutos político-administrativos e, em última análise, pela Constituição da República Portuguesa, não faz qualquer distinção entre freguesias portuguesas, sejam elas localizadas em território continental ou insular. -----

Por outro lado, a discriminação vergonhosa das freguesias das Regiões Autónomas tem subjacente uma desconsideração pelo trabalho realizado por aquelas estruturas, pelos seus responsáveis eleitos, bem como pelos milhares de fregueses que as compõem. Como o próprio Governo da República reconhece, é inegável que o papel desempenhado pelas juntas de freguesia durante a pandemia foi feito "em prossecução do interesse público, as quais se revelaram fundamentais para superar esta pandemia." -----

Assim sendo, é absolutamente incompreensível que o Governo da República afaste as freguesias das Regiões Autónomas de um programa que tem por objetivo a compensação pela "prevenção, proteção e apoio à população e, em especial, aos grupos mais vulneráveis". Tarefas essas que, como o próprio Governo reconhece, foram feitas "em prossecução do interesse público, as quais se revelaram fundamentais para superar esta pandemia". -----

Pelo exposto, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente apresenta este voto de protesto pela discriminação injustificada das freguesias das Regiões Autónomas no Programa APOIAR FREGUESIAS.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **VOTO DE PROTESTO - Pela Discriminação Injustificada das Freguesias das Regiões Autónomas no Programa**



Apoiar Freguesias, sendo **aprovado por maioria** com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, um voto do BE, um voto do PAN e um voto da CDU. Mereceu ainda oito votos contra do PS e uma abstenção do MPT. -----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que o MPT se absteve, porque na Assembleia da República há três deputados do PSD Madeira, que podem fazer alguma coisa pela Região e não fazem porque não querem, ou porque lhes dá jeito para chegar à Assembleia Municipal um voto de protesto. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou: “O Partido Socialista vota contra este voto de protesto e inclusivamente achávamos que o PSD iria retirá-lo, atendendo ao que se passou anteontem na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. E o PSD com esta proposta deixa clarinho como água o que verdadeiramente fazem na política e da política, os jogos, os interesses, a partidarite. O mais importante é criar ruído, confundir, atirar areia para os olhos das pessoas, basicamente desviar do que interessa a sua incompetência. Sabem perfeitamente que o problema está resolvido e o próprio autarca do PSD, representante da ANAFRE, no início de abril veio publicamente dizer que o assunto estava resolvido, aguarda apenas publicação, mas o PSD está mais interessado no populismo ao jeito do CHEGA. Resolver problemas esqueçam, o PSD não está interessado.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, declarou: “De facto hoje soubemos que são os deputados do PSD Madeira na Assembleia da República que têm que resolver o imbróglio criado pelo Governo da República. Ficamos também a saber que pelos vistos não é razão suficiente para protesto, o Governo da República ter emitido uma Portaria que de forma ilegal, injusta, afasta as freguesias das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores de um programa

que é nacional. Senhora Deputada se isso não a envergonha, se isso não exige da sua parte uma retratação como poderia ter sido feito aqui, fica muito claro aquilo que é a Senhora Deputada e quem a acompanha nessa bancada. Uma claque glorificada do governo de António Costa.”-----

- INTERPELAÇÃO À MESA: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, lamentou o facto do Senhor Deputado do PSD não se ter inscrito para nenhuma intervenção, e apenas depois da sua declaração de voto ter-se inscrito para fazer uma declaração de voto à sua declaração de voto, e que existe um regimento que é para ser cumprido.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Mesa vai pautar sempre por dar igual direito a todos os Deputados Municipais de falar e que não será ele que vai cortar esse direito. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, contrapôs que não se trata nem está em causa a questão de cortar a palavra, mas apenas o cumprimento daquelas que são as regras do Regimento.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu-lhe ter feito apelo ao Regimento, mas lembrou também que se cumprisse o regimento tal como ele o diz, também lhe tinha cortado a palavra a metade da sua declaração de voto. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, citou o **Voto de Saudação - 25 de Abril e 49 anos depois**: “O Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou o regime de ditadura na madrugada de 25 de Abril de 1974; regime que durante 49 anos reprimiu e tiranizou a nossa nação. Agora, 49 anos depois, a Democracia, a Cidadania e a Liberdade não estão efetivadas: o poder executivo continua a não satisfazer os pedidos de acesso a documentos a representantes do povo... quanto mais ao cidadão comum. Aqui na Região continuamos sem ter a liberdade de expressão. -----



O MPT defende a Democracia, a Cidadania e a Liberdade pelo que manifesta neste dia a sua aspiração de efetivar estes belos ideais e, com o seu trabalho, apoia-os.-----

O povo continua a não ser respeitado e as suas opiniões são deitadas no lixo. O caso mais flagrante é nas consultas públicas de estudos de impacte ambiental. Agora, alguns até defendem que só uns quantos, a quem é dada a oportunidade de tirarem uns cursozitos de doutrinação política, é que devem ser decisores políticos. Obviamente que esses cursos só serão dados a cidadãos merecedores, de acordo com o poder instituído. Serão uns apparatchiks. O MPT é veementemente contra esta posição, antes pelo contrário defende que os diretores regionais sejam escolhidos por concurso público, ao invés de serem escolhidos por livre nomeação do Governo Regional. -----

A Democracia, a Cidadania e a Liberdade não são dados adquiridos, antes pelo contrário são batalhas sistematicamente combatidas pois os déspotas não desistem. A Batalha da verdadeira Democracia Participativa está a ser perdida na Região pois uns detêm todos os poderes incluindo, o político, económico, e o quarto poder: a comunicação social. -----

O povo, inerte, acompanha a mudança à espera de melhores dias, o Povo quer acreditar, mas de ano para ano acredita menos: basta ver os níveis de abstenção e o descrédito dos políticos.-----

O ato libertador dos capitães de Abril está a perder-se nos gabinetes e corredores da democracia. O MPT insta todos a combater pela Democracia, a Cidadania e a Liberdade.

Viva a Revolução, viva aos militares de abril, Viva ao Povo, Viva Portugal.-----

O Grupo Municipal do Partido - MPT propõe que a assembleia municipal do Funchal, na sua Sessão Plenária 28 de Abril 2023, abrigo do artigo g.e, p.e 2, alínea j) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.e, n.e 3 da Lei I-AI2020, de 19 de Março, delibere o seu Voto de Saudação aos Militares de abril que abriram caminho à Democracia e Liberdade e aos Cidadãos, especialmente aos anónimos, que perseveraram para que a

Democracia plena seja atingida.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Voto de Saudação - 25 de Abril e 49 anos depois**, sendo **aprovado por maioria** com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, um voto do BE, um voto do PAN e um voto da CDU. Mereceu ainda oito votos contra do PS e uma abstenção do MPT. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, apresentou o **Voto de Saudação - Dia Mundial da terra 22 de abril de 2023**: “Assinala-se a 22 de abril o Dia Mundial da Terra, comemoração estabelecida pela Organização das Nações Unidas em 2009 e já celebrada nos Estados Unidos desde 1970.-----

Nesta data simbólica mais de 190 países reafirmam o seu compromisso com a proteção e a preservação dos recursos naturais, o ambiente e a sustentabilidade da Terra.-----

Em 2023, o tema é o mesmo do ano passado: "Investir no nosso planeta", que destaca a importância de dedicar tempo, recursos e energia para resolver as alterações climáticas e outros problemas ambientais.-----

Perante a degradação dos ecossistemas e dos solos, os oceanos que se enchem de plástico e se tornam mais ácidos, perante o aquecimento global, os incêndios e inundações que atingem milhões de pessoas, a Mãe Terra requer uma ação urgente e conjunta. -----

E se o investimento dos poderes centrais e locais e das empresas em fontes de energia renováveis e ambientalmente sustentáveis para reduzir e substituir fontes de energia como o carvão e o petróleo é fundamental para ter sucesso nesta empreitada, ele é insuficiente para garantir a sustentabilidade do planeta para as gerações futuras.-----

Sem aumentar a sensibilização e o conhecimento do público em geral para a urgência de investir num consumo cada vez mais sustentável, alterando o atual modelo de produção e consumo, e para a importância da sua participação na definição das políticas públicas

ambientais, particularmente daquelas possam afetar as comunidades nas quais vivem e trabalham, nunca poderemos concretizar os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.-----

Dia Mundial da Terra, é, pois, o momento para lembrar que todos devemos ser um agente de mudança na preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas!-----

O Grupo Municipal do Partido - MPT propõe que a assembleia municipal do Funchal, na sua Sessão Plenária 28 de Abril 2023, abrigo do artigo g.e, p.e 2, alínea j) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.e, n.e 3 da Lei I-AI2020, de 19 de março, delibere o seu Voto de Saudação ao Dia Mundial da Terra.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Voto de Saudação - Dia Mundial da terra 22 de abril de 2023**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, um voto do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, apresentou o **Voto de Protesto - Programa Municipal de Limpeza Urbana 2023**: “O Grupo Municipal do Partido Terra apresenta os seus protestos contra o panfleto do Município do Funchal “Programa Municipal de Limpeza Urbana 2023” que está a ser entregue nas moradias dos funchalenses pois considera que ignobilmente foram desperdiçados recursos humanos e financeiros para o executar. Para além do mais este panfleto nada mais é que 42 páginas de propaganda política.-----

O Departamento de Ambiente deveria estar focado em atingir as metas da diretiva relativa a resíduos que impõe uma maior taxa de reciclagem e reutilização de resíduos, assim como em aplicar a Estratégia Resíduos Madeira publicada a 10 de fevereiro de 2021. -----

Ao aumentar as taxas de reutilização e reciclagem de resíduos significa que se está: a promover o ambiente, a valorizar bens em circulação, a diminuir o custo de recolha de

resíduos, a criar emprego e, quiçá, a criar novas atividades e a aumentar a autossuficiência regional em áreas críticas. -----

Pelo exposto, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Terra apresenta este voto de protesto pelo facto de os Funchalenses não terem culpa da falta de criatividade deste executivo em explicar como vai executar as limpezas sem ser usando recursos importantes da autarquia e, ainda mais grave, aumentando os resíduos para os Funchalenses e Empresas.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Voto de Protesto - Programa Municipal de Limpeza Urbana 2023**, à votação **não sendo aprovado** com vinte e dois votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda doze votos a favor, sendo oito votos do PS, um voto do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, apresentou a seguinte **Proposta de Recomendação - Criação de Bolsas de Estacionamento**:

“Considerando que:-----

- A) Existe um problema de estacionamento em muitas zonas residenciais da cidade do Funchal;-----
- B) A Câmara Municipal do Funchal tem levado a cabo ações para limitar os estacionamentos das viaturas na via pública, junto a habitações que não têm qualquer outra alternativa de estacionamento, como recentemente aconteceu na Rua Arcebispo D. Aires; -----
- C) Em Santo António, por exemplo, nas zonas de três paus à Viana e Curral Velho, os moradores queixam-se da falta de locais para estacionarem as suas viaturas; -----
- D) Em São Roque esta também é uma reivindicação das pessoas que habitam em zonas com maior dificuldade de estacionamento;-----
- E) Este problema acontece igualmente na Freguesia do Monte, mais concretamente

junto ao miradouro dos Marmeleiros; -----

- F) O Programa de Execução do Plano Diretor Municipal do Funchal prevê a criação de Bolsas de Estacionamento inseridas nas microcentralidades cuja criação está igualmente prevista. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, reunido em sessão ordinária da Assembleia Municipal do Funchal no dia 28 de abril de 2023, propõe que se aprove recomendar à Câmara Municipal a criação de alternativas de estacionamentos em zonas residenciais que já se encontram identificadas como de difícil estacionamento, nomeadamente, através da criação de bolsas de estacionamento, com vista a resolver um grave problema da nossa cidade.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Proposta de Recomendação - Criação de Bolsas de Estacionamento, não sendo aprovada** com vinte e dois votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda doze votos a favor, sendo oito votos do PS, um voto do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU.---

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN,** declarou: “O PAN acompanha a proposta do Partido Socialista embora entenda que verdadeiramente o que nós temos que ter é uma política de mobilidade suave, que permita tirar os carros da cidade e encontrar formas através de transportes públicos que nos permita ter uma mobilidade que não seja necessário enfrentarmos este problema, que não é só das zonas residenciais, é um problema de todos nós.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente,** declarou: “Esta proposta de recomendação é muito curiosa, porque de facto pressupõe que entre o ano de 2013 e o ano de 2021 não existia qualquer problema de estacionamento no Funchal. Aliás, assistimos, de acordo com o Partido Socialista, a um

verdadeiro milagre económico no último ano e meio, porque parece que todos os funchalenses compraram um conjunto de carros e o problema do estacionamento levantou-se na cidade. Portanto, o nosso voto contra é porque nós não alinhamos nesta tentativa de branqueamento do que foram 8 anos de marasmo nesta cidade. Não alinhamos nesta tentativa de branqueamento de quem a única medida que tinha para a mobilidade no Funchal, era impedir que os carros entrassem no centro da cidade. Conosco isso não acontecerá, não temos dúvidas que foi o PSD ao longo dos anos e de acordo com as suas vereações, que construiu dezenas de bolsas de estacionamento e é esse trabalho que continuaremos a fazer.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou: “O Partido da Terra acompanha esta proposta do Partido Socialista, neste momento temos muito turismo no Funchal e grande parte são rent-cars que trazem os carros para o Funchal e cabe à autarquia a sua resolução.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, apresentou a seguinte **Proposta de Recomendação - Reuniões de Câmara Públicas em Horário Pós-Laboral**: “Considerando que: -----

- A democracia é um valor civilizacional de países em vários pontos do mundo, entre os quais Portugal se inclui; -----
- Da democracia decorrem valores como cidadania, transparência ou participação, reforçando-se a noção da construção do bem comum em parceria com as instituições democráticas;-----
- A democracia participativa potencia e estimula a ligação dos munícipes às pessoas que elegeram, devendo encontrar-se e promover-se mecanismos de envolvimento e de proximidade das cidadãs ou cidadãos aos órgãos de poder, nomeadamente os órgãos de poder local; -----



- As reuniões públicas são um instrumento de participação importante, permitindo a ligação direta dos munícipes ao poder executivo camarário, podendo apresentar diretamente a este poder os problemas que pretendem, reforçando-se a lógica da democracia participativa a nível local; -----
- Assistir a uma reunião de câmara pública constitui-se como um espaço pedagógico de aprendizagem da democracia, reforçando os mecanismos que fortalecem este regime político; -----
- Para que a participação das e dos munícipes que o pretendam fazer seja mais eficaz e aberta, as reuniões públicas deverão realizar-se em horário pós-laboral e em espaços abertos, como o da sala da Assembleia Municipal, permitindo que quem o deseje participe ou assista às sessões públicas; -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, reunido em sessão ordinária da Assembleia Municipal do Funchal do dia 28 de abril de 2023, propõe que se prove recomendar à Câmara Municipal do Funchal que desenvolva diligências para que as reuniões públicas de Câmara se passem a realizar em horário pós-laboral e no espaço aberto da sala da Assembleia Municipal do Funchal, permitindo-se o acesso livre e público da população que o deseje.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Proposta de Recomendação - Reuniões de Câmara Públicas em Horário Pós-Laboral, não sendo aprovada** com vinte e um votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda treze votos a favor, sendo nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do MPT, um voto da CDU e uma abstenção do PAN.-----

- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS,** declarou: “Nós temos muita pena que o Funchal Sempre à Frente deixe a democracia

para trás e se recuse a pensar e a repensar as questões da participação, em que as reuniões públicas são verdadeiramente importantes em espaços abertos sem ser condicionados e todos poderem assistir." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do PS,** apresentou a **Proposta de Recomendação - Preservação das Características do Miradouro de São Roque:** "Considerando que: -----

- A) O artigo 78º da Constituição da República Portuguesa, sob a epígrafe "*fruição e criação cultural*" determina, no seu n.º 2, alínea c) e d), que "Incumbe ao Estado, **em colaboração com todos os agentes culturais:** (...) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural (...)" e "*Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais*", o que constitui um dos mais importantes pressupostos do ordenamento jurídico; -----
- B) De acordo com o artigo 94º, n.º 1, *in fine*, da Lei de Bases do Património Cultural, **a classificação de bens culturais como de interesse municipal incumbe aos municípios;**-----
- C) Nesse contexto, o artigo 33º, n.º 1, alínea t), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina que "*Compete à Câmara Municipal; (...) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal*"; -----
- D) O Miradouro de São Roque é um espaço de relevante interesse municipal atendendo às suas características e localização; -----
- E) No espaço existe uma grande área com calçada a pedra de calhau, e uma bonita pérgula alicerçada em treze colunas, características que devem ser preservadas e

salvaguardadas; -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, reunido hoje em sessão ordinária da Assembleia Municipal do Funchal, propõe que se aprove recomendar à Câmara Municipal que na requalificação do Miradouro de São Roque tenha em atenção as características daquele espaço e que preserve e salvasgue a calçada e pedra de calhau existente no local, bem como a pérgula ali existente alicerçada em treze colunas.-----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, perguntou ao Senhor Deputado Municipal José Manuel Sebastião porque é que o reconhecimento do interesse municipal Miradouro de São Roque, não foi feito nos últimos anos?-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, respondeu que aquele voto é de preservar e não um voto patrimonial.-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, disse julgar que o que o Partido Socialista, propõe é uma proposta que passa pela classificação do Miradouro de São Roque como de interesse municipal, por isso não consegue compreender porque é que enquanto ali estiveram durante oito anos, nada fizeram para contribuir para aquele reconhecimento que agora vêm propor. Portanto, o que lhe parece é que o Partido Socialista é contra a criação de mais lugares de estacionamento na freguesia de São Roque, para impedir que quem vive em São Roque tenha acesso à requalificação que será feita naquele miradouro, e por consequência, a existência de mais estacionamentos. Logo, convidou o Senhor Deputado Municipal José Sebastião a perguntar às pessoas de São Roque, se há estacionamento suficiente no centro da

freguesia e se é preciso ou não mais lugares de estacionamento especificamente naquele local. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, disse ter vivido em São Roque durante catorze anos, e que não foi ele que fez uma intervenção no centro da freguesia onde foi dito que seriam feitos parques de estacionamento, surgindo apenas um parque com cinco lugares. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD**, julga que o Senhor Deputado Municipal José Sebastião não viveu catorze anos em São Roque, porque não conhece a freguesia, uma vez que lá não foram feitos cinco estacionamentos, mas trinta estacionamentos e que ainda assim não são suficientes. Assim, aquilo que estão a propor é travar a requalificação do miradouro e aumentar o número de estacionamentos na freguesia, que vão servir o comércio, a própria paróquia e quem visita a freguesia.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Proposta de Recomendação - Preservação das Características do Miradouro de São Roque, apresentada pelo PS, não sendo aprovado** com vinte e dois votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quinze votos a favor, sendo nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que o MPT votou a favor porque é preciso estacionamento em São Roque, embora seja necessário manter a traça.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou: "Exatamente porque a zona do miradouro de São Roque se encontra numa

Q. JM
E

microcentralidade e de acordo com aquela que foi a nossa proposta para criação de estacionamento, nomeadamente em zonas residenciais e também nas microcentralidades que o PSD chumbou. Esperávamos que o PSD tivesse no mínimo aprovado e defendido aquela que é a preservação das características do miradouro. Um miradouro que se encontra num local com uma grande área de calçada e pedra de calhau, uma bonita pérgula alicerçada em 13 colunas, características que, no entendimento do Partido Socialista, devem de ser preservadas e salvaguardadas. E é do conhecimento público que ali está previsto um projeto para estacionamento, e bem, e queremos é que as características sejam preservadas.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do PS**, apresentou a **Proposta de Recomendação - Retirada das Coberturas de Amianto da Antiga Escola do Galeão**: “Considerando que:-----

- A) A antiga Escola do Galeão, localizada na freguesia de São Roque, encontra-se sem utilização;-----
- B) Aqueles edifícios/pavilhões estão em muito mau estado de conservação;-----
- C) As suas coberturas são de um material composto por amianto e é visível a deterioração das mesmas;-----
- D) Estes materiais quando se encontram quebrados e a descoberto, como é o caso, são nocivos para a saúde;-----
- E) A Câmara Municipal do Funchal desenvolveu, com recurso a orçamento próprio, nos dois anteriores mandatos, um programa de retirada do Amianto do Bairros Sociais – PROGRAMA AMIANTO ZERO - que contribuiu de sobremaneira para a melhoria da qualidade de vida de todas e todos nós.-----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, reunido hoje, dia 28 de abril de 2023, em sessão ordinária da Assembleia Municipal do Funchal, propõe que se aprove

recomendar à Câmara Municipal, a retirada imediata das coberturas dos pavilhões onde funcionou a antiga escola do Galeão, por as mesmas conterem amianto e se encontrarem em avançado estado de degradação, recuperando aqueles edifícios e atribuindo-lhes utilidade, nomeadamente para atividades culturais, comunitárias, educativas e ou recreativas.”-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN, disse que por o Amianto ser altamente cancerígeno, é um problema grave que devia de ser resolvido numa ação conjunta para que o mesmo fosse verdadeiramente erradicado, independentemente de quem fez o quê ou que não fez. Desde mil novecentos e noventa que a sua comercialização foi recomendada que não existisse, e desde dois mil e cinco foi proibida em Portugal. Contudo, ainda existem algumas manchas de amianto descoberto e outras enterradas, que urge resolver, para bem da saúde pública. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente, perguntou ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu se a informação que em dois mil e dezoito foi anunciada à população do Funchal, pelo Ex-presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, no site do Partido Socialista, que o Programa Amianto Zero estava executado na cidade do Funchal, é verdadeira?-----

--- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do PS, respondeu que aquilo que foi ali apresentados é no interesse da saúde pública. Sobre a questão da notícia do amianto zero, aconselhou-o a ler as notícias na sua totalidade, porque aquela refere-se aos bairros sociais.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou a **Proposta de Recomendação - Retirada das Coberturas de Amianto da Antiga Escola do Galeão** à votação, não sendo **aprovada** com vinte e dois votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu

ainda quinze votos a favor, sendo nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou: “O Partido da Terra não vive de histórias nem do passado, neste momento o Presidente da Junta é que deveria de já ter falado sobre se existia ou não amianto naquela escola. Isto é uma coisa que é importante estarmos todos juntos para retirá-lo.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do PS**, declarou: “É um facto que a retirada do amianto só aconteceu após as eleições autárquicas de 2013 no Funchal. Nós apresentamos esta proposta porque é em defesa da saúde pública e é uma proposta construtiva e de alerta de algo que está por fazer. E fica registado em ata que a direita votou contra a retirada do amianto. Já agora entregaria as fotografias do amianto ao líder da bancada para verificarem este atentado à saúde pública.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, declarou: “Perante uma situação de saúde pública que aqui foi retratada e sinalizada, é preocupante aqueles que se dizem que querem pôr o Funchal Sempre à Frente. Agora, como se tratasse de uma questão ideológica em que a politiquice reina mais alto e que como é da outra bancada e que, no meu entender, deveria de ser aprovada por unanimidade, reina mais alto a politiquice e a preocupação, porque determinados partidos ou representantes desta autarquia no passado não o fizeram, portanto não lhes dá a legitimidade para propor estas recomendações. O problema aqui é que nos dá essa legitimidade sim, ainda que não tenha sido feita, é um problema que existe hoje e que em nosso entender deveria de ser resolvido e por essa situação nós acompanhamos o voto e votamos a favor.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, declarou: “O PAN acompanha esta votação porque é uma questão de saúde pública, nós gostamos

de dizer que somos uma cidade turística, que somos uma Região que recebemos e que é bonito, agora, se calhar, é onde passa a procissão e se calhar há zonas onde não passa a procissão e aí não se tem que tratar tão bem. É saúde pública. Não se vai resolver hoje, mas tem que se resolver, é fundamental que seja resolvido. Se está a ser feito, vamos acelerar porque este é um problema grave de saúde pública.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN, apresentou o Voto de Louvor - Pelos 49 anos da instauração da Democracia e da Liberdade:**

“Considerando que:-----

Cumpriram-se no dia 25 de abril 49 anos sobre o dia 25 de abril de 1974, data fundadora da nossa democracia e referencial dos valores da liberdade e igualdade, justiça e solidariedade, da tolerância e paz. Não abdicamos de a louvar e de lembrar com gratidão todos os que, com incomparável generosidade, deram a vida, liberdade, honra e património para que pudéssemos finalmente viver numa sociedade com liberdade.-----

Lembramos, também, aquele grupo de jovens capitães - "todos iguais ante as muralhas", como refere David Mourão-Ferreira, no poema Testamento - que tomaram nas mãos o nosso destino comum naquela esperançosa manhã que hoje recordamos. Em seu nome, nunca mais toleraremos nenhuma espécie de tutela, nem o mando de homens providenciais ou as tentações hegemónicas do poder.-----

Deu-nos em boa hora o 25 de abril um regime político assente na soberania popular, na democracia, separação de poderes, no primado da lei e do estado de direito; e também a possibilidade de abrir portas em direção a uma sociedade plural e desenvolvida, mais justa e inclusiva, que para o PAN deve ser inclusiva e pugnar pela equidade. Infelizmente, 49 anos volvidos, vivemos ainda situações inaceitáveis de pobreza extrema, desigualdade e exclusão, salários baixos, dependências múltiplas. Os tempos do economicismo místico, do darwinismo social, da concentração e oligopólio, dos interesses e da corrupção,



amordaçam o país e causam entropia aos rasgos de modernidade. -----

Acabamos sempre por ceder, numa espécie de "remorso de todos nós", de que falava O'Neill, na Feira Cabisbaixa, aos oportunistas de olho ofídico e quando o Governo deixa de usar o Estado como regulador, na banca, no imobiliário, na extração, na construção desenfreada, indústria transformadora, no turismo, na distribuição, ou fecha aos olhos aos nichos de alta rentabilidade que vivem à custa da exaustão dos recursos ou da destruição de bens coletivos intangíveis, como a saúde pública ou o ambiente. Vemos isto a acontecer desde a cadeia de papel à indústria alimentar. Todos o sentimos na pele. -----

Se a liberdade e a democracia foram conquistas fundantes de abril, a autonomia do poder local não o foi menos, no seu significado histórico e na extensão dos seus efeitos. A República veio reconhecer uma das bases mais antigas da nossa constituição política, anterior à nação e ao próprio conceito de Estado, que é o município. Fruto de sucessivas alterações ao respetivo estatuto jurídico, os municípios e as freguesias prosseguem hoje um leque abrangente de atribuições e competências: aos municípios e às freguesias cabe garantir a proximidade dos cidadãos e cidadãs com o sistema político e lhe assegura um primeiro contacto formal com rosto humano em matéria de Saúde, Educação, Ação Social, Cultura, Ambiente, Proteção Civil, Arborização, Bem-Estar Animal, Energia, Transportes, e tantas outras áreas da maior relevância. -----

O PAN tem representação política em vários municípios do nosso país e em várias assembleias de freguesia, onde tem desenvolvido um trabalho incansável na promoção e defesa das pessoas, dos animais e da natureza. -----

Ao contrário de uma ideia errada, amplamente difundida, o PAN nada impõe, apenas propõe. -----

Longe de revelações e iluminações transcendentais, mas convocado por uma aguda consciência cívica, política e ambiental, o PAN propõe uma visão holística e transversal,

eticamente referenciada e ambientalmente subordinada:-----

- Se dependesse do PAN, nunca atingiríamos o "ponto de não retorno", do qual nos aproximamos a passos largos; -----

- Se dependesse do PAN, não haveria a "carnificina climática" nem o "vampirismo hídrico" de que tem falado instantemente, e com grande expressividade, o Secretário-Geral da ONU; -----

- Se dependesse do PAN, a floresta Laurissilva não seria esventrada nem a mancha florestal das encostas do Funchal estaria ao abandono e exposta à depredação de fogos florestais cíclicos;-----

- Se dependesse do PAN não extinguíamos animais por decreto; -----

- Se dependesse do PAN não construíamos casas sem definir áreas verdes arborizadas; -

- Se dependesse do PAN, não haveria pessoas, famílias, estudantes sem acesso a uma habitação condigna; -----

- Se dependesse do PAN, estaria garantida a mobilidade suave e uma alimentação de qualidade para todas as crianças e jovens nas escolas; -----

- Se dependesse do PAN, haveria medidas efetivas de apoio ao setor solidário no acolhimento, acompanhamento e integração ativa de idosos, das pessoas com deficiência e da pessoa sem abrigo; -----

O PAN considera que abril está por cumprir no funcionamento das instituições democráticas pois ainda hoje passados 49 anos da manhã da liberdade ainda há quem mostre intolerância a desvios ao pensamento único.-----

Acrescentava que "não há donos da democracia" e que o dogma do crescimento em espiral tem de ser substituído um novo modelo de desenvolvimento económico mais justo, sustentável e climaticamente neutro". -----

Abril está por cumprir no respeito que devemos também para com os animais ainda votados



ao abandono, aos maus-tratos, à privação da sua liberdade ou à sujeição a atividades cruéis.-----

Foi o PAN que trouxe o tema dos direitos dos animais ao debate e abriu a rota do seu reconhecimento progressivo. Não há partido que não tenha agora um pacote de medidas de proteção animal no seu programa político. Ainda bem! A prática do PAN consiste em fazer pontes e construir soluções, porque nas causas pelas quais lutamos há vidas em jogo! Prosseguimos na sociedade portuguesa, contra obstáculos e escolhos vários, a nossa ação reformista e civilizadora. Por querermos acabar com tradições como as touradas, as chegadas de bois, as vacas das cordas, as garraíadas, o acorrentamento animal, o tráfico de espécies ou nos pronunciarmos de forma veemente perante a exploração intensiva e super intensiva dos solos e dos animais considerados de pecuária, por querermos por um fim ao sofrimento animal e ao transporte de animais vivos. Por estes motivos e tantos outros, o PAN é amado e odiado.-----

Lutar pelo progresso da nossa sociedade é abril.-----

Infelizmente, e apesar de todas as "portas que abril abriu" (Ary dos Santos, t975), em matéria de proteção e bem-estar animal sucedem-se ainda em Portugal os exemplos de crueldade, inconsciência e incompreensível falta de compaixão. O que não deixa de espantar, pois foi um dos mestres da cultura ocidental, Francisco de Assis, quem, num acesso paroxístico de feição Panteísta, inaugurou um famoso pacto com o lobo de Gubbio, um simbiótico e honesto tratado de paz entre o homem e o animal...-----

Viva abril! Viva a liberdade!-----

Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal do Funchal delibere, na sua Sessão Plenária 28 de Abril 2023, agraciar com um voto de louvor **os militares de abril** que abriram caminho à Democracia e à Liberdade e **os autarcas** que nestes anos tão bem souberam interpretar com profunda generosidade a oportunidade única que lhes foi

conferida de nestes 49 anos construirmos um país novo, humano e justo. Não apenas um país para alguns.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Voto de Louvor - Pelos 49 anos da instauração da Democracia e da Liberdade** à votação, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egidio Paulo Caires Fernandes, do BE**, apresentou o seguinte: -----

- **Voto de Saudação ao 25 de Abril**: “Comemoramos o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. -----

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e a autonomia política na região e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário. -----

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. -----

Q.

Jm
P

Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento apenas confirmam o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares. -----

A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país e região, privando-as de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu. -----

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como "outro", debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos e cidadãs nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa. -----

As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e regional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que Abril instaurou. -----

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade,

liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos e todas, não deixando ninguém para trás. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida a 28 de abril de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

1. Evidenciar o 494 aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;-----
2. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais.” -----

- Voto de Saudação ao 1º de Maio: “Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em muitos locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais. -----

Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e



respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----

Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano.

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2023, delibera: -----

1. Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas. -----
2. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração.”-----

- Voto de Protesto - “Pela Contínua Degradação dos Serviços Postais Universais”:

“Em todo o país a população continua a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013. No Funchal a situação não é diferente com o encerramento de diversos balcões, com especial prejuízo para a população mais idosa. -----

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como "a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis". Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser norma. -----

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros. -----

E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos.-----

Os novos donos dos CTT focaram-se na criação de um banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas. -----

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2022 atribuível a detentores de capital foi de 36.4 milhões de euros.-----

Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo, porque não são contratados os carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade.-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2023, delibera:-----

1. Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão

4. Jm
P

renovada até 2028; -----

2. Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais.” -----

- Proposta de Recomendação - Pela Salvaguarda do Direito à Habitação no Licenciamento do Alojamento Local: “O direito à habitação é consagrado na Constituição da República Portuguesa, que atribui ao Estado, Regiões Autónomas e Autarquias locais a responsabilidade de adotar políticas sociais nessa área. É essencial que exista uma política de habitação adequada que estabeleça um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e promova o acesso à habitação própria. -----

A habitação é um elemento crucial na determinação da condição social das pessoas, e por isso o direito a uma habitação condigna é um dos direitos fundamentais previstos na Constituição. Além disso, a habitação é reconhecida como uma área estratégica para o desenvolvimento humano e da vida em comunidade, assim como para a promoção da competitividade e coesão dos territórios. -----

No entanto, o aumento do alojamento local tem retirado muitas habitações do mercado de arrendamento e levado ao despejo de inquilinos com contratos de arrendamento de longa duração. Por isso, é extremamente relevante a criação de um Regulamento para o Alojamento Local, que inclua a definição de áreas de contenção por freguesia, bem como limites quantitativos em relação ao número de alojamentos locais permitidos. -----

Tal regulamento seria fundamental para controlar o crescimento excessivo do alojamento local, especialmente em áreas com escassez de habitação permanente, e para evitar a gentrificação e a especulação imobiliária. -----

Além disso, estabelecer limites quantitativos em relação ao número de alojamentos locais permitidos seria uma medida importante para garantir a diversidade funcional e social da cidade, promover a coesão social e evitar que o alojamento local se torne dominante em

detrimento de outros usos, incluindo o uso residencial. -----

O turismo e a procura imobiliária têm levado a um aumento significativo dos preços das rendas e a uma maior precariedade na habitação permanente, sendo que o alojamento local tem um peso excessivo em relação ao total de habitações. É, portanto, fundamental monitorizar a evolução e distribuição geográfica do alojamento local, de forma a definir uma estratégia que promova o desenvolvimento sustentável do Funchal.-----

De acordo com o Registo Nacional de Turismo, existiam 2193 unidades de Alojamento Local (AL) registadas na cidade do Funchal até abril de 2023.-----

Estes estabelecimentos são responsáveis por capturar e ocupar habitações e edifícios que poderiam e deveriam estar disponíveis para habitação de longo prazo. É importante destacar que muitos destes estabelecimentos pertencem a empresas ou pessoas coletivas que chegam a concentrar várias habitações em uma única sociedade imobiliária.-----

Desde sempre faltaram aos municípios os instrumentos de regulação, fiscalização e planeamento associados a este fenómeno. Com a entrada em vigor da Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto, as câmaras municipais passaram a ter competência direta nestas matérias. Ao permitir aos Executivos e à Assembleia Municipal a definição de "zonas de contenção", onde a emissão de novas licenças fica proibida por um período determinado, esta legislação fornece um instrumento de regulação importante. Importa, pois, salvaguardar os direitos de quem habita a cidade durante o período transitório, tal como previsto na Lei (artigo 15º-A):

"Para evitar que a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes possa comprometer a eficácia do regulamento municipal o que se refere o n.º 7 [zonas de contenção], podem os municípios, por deliberação fundamentada da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, suspender, por um máximo de um ano, a autorização de novos registos em áreas especificamente delimitadas, até à entrada em vigor do referido regulamento". -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em sessão ordinária a 28 de Abril de 2023, delibera: -----

1. Estabelecer a suspensão, durante 1 ano, da autorização de novos registos em áreas especificamente delimitadas, até à entrada em vigor de um regulamento municipal de Alojamento Local." -----

- Proposta de Recomendação - Por Parques Infantis Inclusivos: "A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades de recreio que deverão estar dirigidas para a educação. A sociedade e as autoridades públicas devem esforçar-se por promover o exercício deste direito" - Princípio 7º da "Declaração dos Direitos da Criança" proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 20/11/1959. -----

Brincar é essencial ao desenvolvimento da criança, mas é um direito que ainda não foi concretizado em muitos territórios. É também pelo brincar que uma criança se exprime, aprende, interage com outras e constrói a sua forma de ser e estar. -----

Um parque infantil deve ser um lugar inclusivo, onde as crianças se divirtam juntas, aprendendo e respeitando as suas diferenças. Tal como aponta o art.º 7º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que vigora em Portugal desde 2009: **"os Estados tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as demais crianças"** -----

Mas à insuficiência de parques infantis na cidade do Funchal junta-se a falta de adaptação de grande parte dos parques a crianças com deficiência, dificultando as suas experiências, a exploração de cores, movimentos, sons e relevos. É assim imperioso que os parques infantis da cidade possuam equipamentos lúdicos e materiais específicos que promovam o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social das crianças com deficiência. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em sessão ordinária a 28 de abril

de 2023, delibera: -----

1. Recomendar ao Executivo da Câmara Municipal do Funchal que no próximo orçamento autárquico programe a construção de parques infantis novos parques infantis inclusivos. -----

2. Adaptar os atualmente existentes tornando-os inclusivos, em que às crianças com deficiência seja também assegurada a sua plena utilização.” -----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre á Frente**, alertou para que as intervenções devem de ser feitas ponto por ponto para não criar uma espécie de pântano como agora ali foi criado. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que todos os pontos em discussão são votados individualmente, e podem ser abordados os que pretenderem desde que identifiquem a abordagem que estão a fazer. -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre á Frente**, relativamente à **Proposta de Recomendação - Por Parques Infantis Inclusivos**, expôs: “Eu queria dizer ao Senhor Deputado Municipal que é uma proposta na qual a Coligação se revê, a informação é pública de que a CMF já integra um grupo de trabalho que é responsável pela elaboração da Estratégia Regional para a inclusão das pessoas com deficiência. A estratégia municipal que está também subjacente a essa estratégia regional está a ser desenvolvida. No que diz respeito aos parques infantis que já existem no Funchal, julgo que o Senhor Deputado saberá, que há pelo menos dois parques que já contemplam um acesso a crianças com dificuldades na acessibilidade, o Parque da Ludoteca de Santa Catarina e o Parque dos Jardins da Ajuda. E de facto, este é um desafio a que nós no século XXI temos de responder e eu acho que a Câmara Municipal do Funchal

tem de assumir um papel essencial na requalificação destes parques, para que eles possam ser o mais inclusivos possível. Eu imagino que não seja um trabalho fácil, porque imagino que nem todos os parques sejam passíveis de requalificação, no entanto pelo menos esse propósito e essa vontade é algo que nós partilhamos e, portanto, naturalmente votaremos a favor esta proposta.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à **votação** os seguintes documentos, **apresentados pelo BE:** -----

- **Voto de Saudação ao 25 de Abril, aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

- **Voto de Saudação ao 1º de Maio, aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

- **Voto de Protesto - “Pela Contínua Degradação dos Serviços Postais Universais”, não aprovado** com vinte e dois votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quatro votos a favor, sendo três votos do BE, um voto da CDU e onze abstenções, nove do PS, uma do PAN, uma do MPT e uma da CDU. -----

- **Proposta de Recomendação - Pela Salvaguarda do Direito à Habitação no Licenciamento do Alojamento Local, não aprovada** com vinte e dois votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quatro votos a favor, sendo três votos do BE, um voto da CDU e onze abstenções, nove do PS, uma do PAN e uma do MPT. ----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE, declarou: “Com esta votação eu fico convencido de que a maioria dos presentes, têm 2 ou 3 hipóteses. Ou vivem na casa dos pais, ou herdaram uma casa, ou tiveram um passado que

lhes foi risonho, porque viver no Funchal ao preço que se encontram quer as rendas, quer as habitações para compra, muito fruto do alojamento local, para a grande maioria não é problema, parece que é um problema só de uma minoria, mas eu receio que dentro de alguns meses, ou poucos anos esta Assembleia terá que se pronunciar de uma forma diferente, e se calhar, veremos mudanças de posições relativamente a esta matéria.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou: “O nosso voto de abstenção está relacionado com o facto da grande parte dos prédios que estavam devolutos terem sido reabilitados por privados com o fim de alojamento local. O MPT percebe a falta de habitação para arrendamento de longa duração, e que está relacionado com as atuais leis do arrendamento que muitas vezes defendem o inquilino em detrimento dos senhorios. Por exemplo, a conhecida dificuldade em expulsar o inquilino mesmo que este esteja em incumprimento com o pagamento das rendas. Na realidade o alojamento local torna-se mais fácil de gestão, pelo facto de ser um contrato de curta duração que não está sujeito às referidas leis de arrendamento. Se queremos alterar isto, alteramos a lei.” -

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, declarou: “O PAN absteve-se nesta medida em virtude de compreender o esforço que foi feito no Funchal de reabilitação de muitas moradias que estavam devolutas, embora acompanhemos a preocupação do BE que penso que é comum a muitos de nós, independentemente de termos ou não a sua casa. A verdade é que temos uma crise habitacional que atravessamos, o que aliado à inflação geral dos preços e sendo a Madeira uma região turística, com este problema acaba por ser um bocadinho mais grave, porque temos associada também os baixos salários. Não podemos ficar indiferentes a este drama, principalmente para as jovens famílias e para aquelas famílias que tendo filhos não têm condições para lhes dar uma moradia condigna. No entanto, não podemos dissociar a questão do investimento que foi feito por um conjunto de pessoas para recuperar as suas

Am V.
P

casas, e é importante que as tais habitações a custos controlados que são tantas vezes anunciados, sejam efetivamente construídas seja pelo município ou por outra entidade e nesse sentido abstivemo-nos.” -----

- **Proposta de Recomendação - Por Parques Infantis Inclusivos, aprovada por unanimidade** com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal William Joel dos Santos Figueira, do PS**, apresentou o **Voto de Saudação - 25 de Abril**: “Este ano celebra-se o 49º (quadragésimo nono) aniversário da Revolução ocorrida no dia 25 de abril de 1974. Uma comemoração dos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, bem presentes na Revolução de Abril, na prática democrática que se lhe seguiu com a eleição da Assembleia Constituinte e na consagração de um texto constitucional, resultante do consenso maioritário da sociedade de então. -----

Uma revolução que pôs termo a 48 anos de ditadura, que permitiu que no ano seguinte decorressem as primeiras eleições livres e democráticas por sufrágio universal e direto em Portugal (as eleições para a Assembleia Constituinte), e que dois anos depois, a 2 de abril de 1976, fosse aprovada a Constituição da República Portuguesa de 76, que se mantém em vigor nos dias de hoje. -----

Em 2022, no dia 24 de março assinalou-se o momento em que o número de dias que vivemos em democracia ultrapassou os que vivemos em ditadura e marcou-se, também, o início das comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril. -----

É bom lembrar que foi na sequência do 25 de Abril de 1974 que se consagrou de forma clara, o papel das autonomias regionais, conferindo-lhes expressão constitucional e democrática, permitindo às populações assumirem a gestão dos seus interesses próprios.

Foi ainda com a aprovação da Constituição de 1976 que as Autarquias Locais foram proclamadas como um centro de Poder - o Poder Local - e reconhecidas como entidades autónomas do Estado. Os conceitos de "autarquia local" e de "autonomia" passaram a ser, desse modo, indissociáveis, coexistindo numa relação de interdependência. -----

Nesta Constituição ficaram bem marcados os valores humanistas republicanos, que presidiram ao ideal de Abril: -----

i.) Da **Liberdade**, com a consagração de um vasto leque de direitos, liberdades e garantias, que vão das garantias em processo criminal à liberdade de expressão, de associação, de imprensa ou de participação política; -----

ii.) Da **Igualdade** e de um conjunto de direitos humanos, económicos, sociais e culturais, visando fornecer diretivas vinculativas para a ação do Estado, no sentido de promover a igualdade das cidadãs e cidadãos no acesso à educação, à saúde, à mobilidade, ao trabalho e consagrando direitos sociais conquistados num amplo e intenso processo de participação popular. -----

iii.) Da **Fraternidade**, ao estabelecer o Princípio da Igualdade entre Estados e da solução pacífica de conflitos internacionais, ao instituir a igualdade genérica de direitos entre nacionais e estrangeiros ou/ no plano interno, ao estabelecer regras de progressividade fiscal, fazendo dos impostos um meio para a redução das desigualdades, bem como na solidariedade com os territórios periféricos e insulares da República, visando eliminar assimetrias. -----

O 25 de Abril veio assim consagrar a democracia, instituir princípios, direitos e garantias das cidadãs e dos cidadãos e por termo ao autoritarismo e à ditadura.-----

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista tem a honra de propor que esta Assembleia, reunida em sessão ordinária do dia 28 de abril de 2023, aprove:-----

1. Saudar os 49 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 e o fim de um regime



autoritário e opressor que tanta gente condenou ao ostracismo, à miséria, à opressão e à emigração. -----

2. Saudar os 48 anos das eleições para a Assembleia Constituinte, naquela que foi a primeira eleição por sufrágio universal e direto, em condições democráticas em Portugal. -----

3. Saudar os 47 anos de vigência da Constituição da República Portuguesa de 1976 e o seu papel na garantia dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos e das cidadãs portuguesas, bem como a consagração democrática das autarquias locais.”

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Voto de Saudação - 25 de Abril – Apresentada pelo PS**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS**, apresentou o **Voto de Pesar - Pelo falecimento de um Trabalhador no Desempenho de Funções no Parque Ecológico do Funchal**: “Foi com enorme consternação e pesar que o Grupo Municipal do Partido Socialista do Funchal teve conhecimento do trágico acidente ocorrido anteontem, dia 26 de abril de 2023, com a presumível queda de uma árvore no Parque Ecológico do Funchal que, lamentavelmente, vitimou um trabalhador que se encontrava aí em funções de forma trágica. -----

A morte de alguém é sempre difícil, principalmente para a sua família e para as pessoas que lhes são mais próximas. Quando essa morte acontece em contexto de trabalho afeta também colegas de trabalho, bem como as empresas e/ou entidades responsáveis direta ou indiretamente pela sua contratação e pelos trabalhos em curso. -----

Pese embora a evolução da legislação no sentido de se garantir condições de segurança no trabalho destinadas a prevenir acidentes de trabalho ou a minorar as suas

consequências naqueles casos que não se conseguiu evitar, há ainda um número de incidentes que indiciam que ainda há espaço para melhorar, principalmente quando as consequências são mais drásticas.-----

Pelo exposto, propomos que a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2023, aprove apresentar as mais sentidas condolências à família, colegas, amigos e amigas, do trabalhador vítima de acidente de trabalho no Parque Ecológico do Funchal, no dia 26 de abril de 2023.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Voto de Pesar - Pelo falecimento de um Trabalhador no Desempenho de Funções no Parque Ecológico do Funchal**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS, o Voto de Protesto - Pela não Realização de uma Assembleia Municipal Comemorativa do 25 de Abril:** "O 25 de abril celebra e exorta os valores da liberdade, da democracia, da autonomia, da pluralidade, do respeito.-----

A Revolução de Abril aconteceu para pôr termo a 48 anos de ditadura, que empobreceram e amordaçaram o país. E pela primeira vez este ano, celebra-se viver mais anos em liberdade e democracia do que em ditadura.-----

Assinalar a democracia e a liberdade deve, assim, constituir-se como motivo de celebração, funcionando simultaneamente com o não esquecimento da realidade vivida antes de 1974.

O dia 25 de abril de 74 foi um marco político e é uma data fundamental para os partidos políticos, porque os partidos são as únicas associações que concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular. Os partidos políticos são integrados por cidadãos titulares de direitos políticos.-----

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page. The signature appears to be 'JP' and the initials are 'P'.

E a comemoração do 25 de abril deve-se exatamente por questões políticas. -----
Comemorar o 25 de abril é celebrar o direito à palavra e à liberdade de expressão, é celebrar a Liberdade, a Democracia e a Autonomia/ mas é recordar, também, o que foi viver em ditadura.-----

No Funchal, os partidos representados na Assembleia Municipal voltaram a não ter direito a usar da palavra nas sessões públicas comemorativas da Revolução do Cravos. E isto só acontece quando governa o PSD, agora também com o CDS. Curiosamente, ambos os partidos constituídos depois do 25 de Abril, com os direitos políticos que Abril nos devolveu. Na Madeira, o PSD sempre desvalorizou esta data que é, indiscutivelmente, de todos e para todos. Um erro, já que o 25 de Abril é origem do poder local democraticamente eleito e autónomo. Argumentos como os de que o 25 de abril não é partidário, nem político, ou até, como afirmou o Presidente da Câmara Pedro Calado, que existiram coisas boas na ditadura, revelam uma falta de cultura democrática e histórica que não compaginável com o exercício do mandato de Presidente de uma Câmara Municipal. No ano passado, até os cravos foram banidos dando lugar a rosas amarelas, uma vergonha ímpar no país, relutantemente corrigida este ano, mas o discurso mantém-se. -----

Na nossa opinião, estas opções políticas configuram um populismo que vai grassando no nosso país, diabolizando e desprezando os partidos, o que o Partido Socialista considera lamentável. Não esquecemos que os partidos e as pessoas que são eleitas pela população fazem parte integrante da democracia, representam diferentes visões da população comprometendo-se com os programas a que se propuseram. Não criar um momento para que os diferentes partidos, representantes da pluralidade ideológica, possam usar da palavra e intervir politicamente neste dia é uma atitude típica das ditaduras, que usam todos os meios ao seu alcance para minorizar a diversidade de pensamento, argumentando com a necessidade de distanciamento de conotações político-partidárias. Na nossa perspectiva,

não dar a palavra aos diferentes partidos políticos, escolhidos pela população do Funchal, constitui um enorme retrocesso democrático e atentatório dos valores constitucionalmente consagrados. -----

Lamentamos que a Assembleia Municipal, principal órgão do município, não tenha realizado uma sessão solene com a presença dos seus membros, associando-se unicamente à que foi organizada pela Câmara Municipal e cuja opção foi a de invisibilizar deputadas e deputados municipais. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal do Funchal reunida em sessão do dia 28 de abril de 2023, aprove um voto de protesto à Câmara Municipal do Funchal e à Assembleia Municipal do Funchal por, concomitantemente com as outras formas de celebração, não ter organizado uma sessão comemorativa dos 49 anos do 25 de abril, que permitisse aos e às eleitas nesta Assembleia Municipal usar da palavra com uma intervenção política nesse dia, em que se celebra a democracia e a liberdade.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse: “Compete-me dizer alguma coisa, uma vez que neste voto de protesto está incluída a Assembleia Municipal. Como todos puderam ver e saber, a Presidência da Assembleia Municipal não ignorou o 25 de Abril, fez uma comemoração do povo e para o povo, que eu próprio concordei e achei mais valia. E quem esteve cá viram quanto foi bonito viver Abril, quanto foi bonito falar Abril, quanto foi bonito saber por uma pessoa que viveu esse Abril, eu também o vivi, daí que não me sinto minimamente protestado pela conduta que foi tomada no nosso 25 de Abril.” -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente,** manifestou que ficou sem perceber bem a natureza daquele voto, até porque como disse o Senhor Deputado Municipal que o apresentou, a celebração pareceu-



Ihe unânime, respeitou aqueles que são os valores que se comemoram no dia da Liberdade, e por isso, mais do que um voto de protesto estava à espera de um voto de louvor à Câmara Municipal do Funchal, porque de facto foi capaz de organizar uma sessão que orgulha não só a Assembleia Municipal, mas também aqueles que foram responsáveis pela realização da revolução dos cravos. Contudo, quem ouviu o teor daquele voto quase que acredita que até dois mil vinte e um a Assembleia Municipal do Funchal era parte essencial da celebração do 25 de Abril, era quem era tida em conta, era quem escolhia quem é quem falava e era quem liderava essas celebrações. Todavia a articulação das celebrações do 25 de Abril e o respeito institucional entre a Câmara Municipal do Funchal e a Assembleia Municipal do Funchal eram zero. Logo, a conclusão a chegou é de que o aborrecimento de alguns membros do Partido Socialista, foi que não tiveram palco para dizer as baboseiras do costume e não tiveram o palco para se arrogarem de proprietários do dia da Liberdade. Por último disse que é muito bonito vir àquela Assembleia com cravos na lapela, mas é muito mais difícil praticar aquilo que dizem e pregam, pelo que o Partido Socialista naquela Assembleia Municipal, na Assembleia Regional e na Assembleia da República não dá lições de democracia a ninguém.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Voto de Protesto - Pela não Realização de uma Assembleia Municipal Comemorativa do 25 de Abril - Apresentado pelo PS, não sendo aprovado** com vinte e dois votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda catorze votos a favor, sendo nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS,** declarou: “A Assembleia Municipal, principal órgão do Município, quis associar-se às comemorações organizadas pela Câmara Municipal, mas tal não era impeditivo que tivesse

organizado uma sessão solene com todos os seus membros conferindo a dignidade política que a ocasião merecia. Do mesmo modo não seria impeditivo, como foi no passado, que a Câmara Municipal desse a palavra aos legítimos representantes dos partidos eleitos, representantes dos funchalenses. A Assembleia Municipal do Funchal ao eximir-se de organizar uma sessão comemorativa desta data fundacional das autarquias locais, ao recusar que os diferentes partidos políticos representantes da pluralidade ideológica e da diversidade que caracteriza o Funchal, pudessem usar da palavra e intervir politicamente neste dia, falhou no propósito muitas vezes enunciado pelo Senhor Presidente da Mesa, de fazer desta Casa, uma Casa da democracia. Preferiu adotar a atitude típica de outras paragens no tempo ou no espaço e usou todos os meios ao seu alcance para minorizar a diversidade de pensamento, argumentando que por vezes com a necessidade de distanciamento de mutações político partidárias, quando na verdade apenas pretende silenciar as opiniões divergentes, ou, como por vezes prefere dizer, dissidentes, não dar a palavra aos representantes dos partidos escolhidos pela população do Funchal em nome de diferentes previsões, anseios e preocupações é um retrocesso democrático atentando dos valores constitucionalmente consagrados.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, declarou: “Relativamente a este voto dizer apenas que, ainda que o 25 de Abril não seja apenas e em exclusivo dos partidos políticos, são também dos partidos políticos e quando se diz que no passado era feito de uma determinada forma, é preciso lembrar, também, que era dada a palavra a todas as forças políticas, não só com sentimentos de pertença para partidos mais à esquerda ou menos à esquerda, mas era dada a palavra a todos os eleitos nesta Casa. Portanto, eu compreendo a estratégia seja da Câmara Municipal do Funchal ou da Assembleia Municipal do Funchal, recordo que o ano anterior tivemos uma sessão, também espetacular multigeracional, este ano tivemos uma outra sessão que pelo que me



relatam também foi espetacular. Eu não sei se até ao fim deste mandato vamos ter alguma sessão espetacular em que haja a participação também dos partidos políticos.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que estão numa sessão espetacular onde todos os munícipes estão ali representados e vão ser sempre representados. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, interpelou a Mesa para questionar sobre o ponto de situação da homenagem a Aristides Sousa Mendes, aprovada por unanimidade no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu deu seguimento aos pontos que ali são resolvidos de igual importância. Sobre aquele assunto o que lhe foi transmitido é que existem processos em evolução mais morosos do que outros, mas que está encaminhada a resolução da homenagem a Aristides Sousa Mendes e que em tempo útil será comunicado ao proponente. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que prescindiu de o apresentar. -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, lamentando a morte da pessoa que faleceu quando exercia as suas funções no Parque Ecológico do Funchal, perguntou se o trabalhador era ou não funcionário da autarquia. E se sendo de uma empresa privada, tem os documentos de seguro, higiene e saúde do trabalho, e que tipo de equipamentos estava a utilizar. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, colocou

as seguintes questões:-----

- O que pretende a Câmara fazer em relação ao aterro da Cancela perante as evidências?

- De que é que se trata o processo de oposição da Câmara a Welsh Gomes & Aguiar? ----

- O que é que existe em relação ao Toco?-----

- Por não existir Plano de Pormenor, porque razão é que está a ser construído o Formosa Bay? E se há algum estudo de impacto ambiental? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, questionou quais são as páginas do relatório de atividades onde está a prestação de informações sobre os programas sociais, como por exemplo, o PRESERVA, o Programa de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho, os Medicamentos, da Natalidade, as Bolsas do Ensino Superior, o Cartão 55+ e o Cartão Família Numerosa? -----

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** esclareceu o Senhor Deputado Municipal Valter que o trabalhador é de uma empresa contratada pela Câmara Municipal do Funchal, no âmbito de uma prestação de serviços de corte de infestantes, invasoras e de reflorestação de espécies nativas apoiadas por fundos europeus. E que enquanto prestação de serviços e não empreitada, não existe obrigatoriedade da apresentação de um plano de segurança, por isso nos termos do contrato que está assinado com aquela entidade, é da responsabilidade do prestador de serviços a existência de todas as garantias em termos de Higiene e Segurança no Trabalho e dos Seguros existentes. Logo, nos termos da lei, compete à Inspeção Regional de Trabalho numa 1ª instância, e eventualmente ao Ministério Público, averiguar essas situações, pelo que seguirão a tramitação normal. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- **Quanto ao aterro da Cancela**, pelas evidências que possuem e pelos relatórios que foram feitos conjuntamente com várias entidades, está de acordo com aquilo que foi aprovado na



Câmara Municipal do Funchal em dois mil e vinte e um, pelo anterior Executivo. -----

- **Quanto ao processo jurídico do Welsh Gomes & Aguiar**, é a continuidade da tramitação do processo judicial que já tem mais de vinte anos. -----

- **Quanto ao Projeto do Toco**, não há nada formal, apenas expressou uma vontade própria enquanto Presidente da Câmara, de estudar a ampliação do Funchal para uma determinada zona que hoje não está desenvolvida. -----

- **Quanto ao Plano de Pormenor** e tudo aquilo que está a ser feito na Praia Formosa, mais uma vez reafirmou que o que está a ser desenvolvido na Praia Formosa, está a ser de acordo, também, com aquilo que foi aprovado pela Câmara Municipal do Funchal já no decorrer da anterior presidência.

- **Quanto às informações de cariz social**, pediu que fosse fotocopiado um resumo de todas essas medidas e depois as facultará. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Énio Dionísio Vieira Martins, da CDU**, perguntou:---

- Qual é a data prevista para a conclusão das obras do Caminho do Meio – Choupana? ---

- Quais são as intervenções previstas para melhorar as condições dos espaços das oficinas da Câmara Municipal do Funchal na Fundoa, usufruídos pelos funcionários? -----

- Quantas são as habitações que se preveem recuperar e quantas famílias serão por elas abrangidas? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, manifestou que relativamente à Praia Formosa não se sentiu esclarecido com a resposta que foi dada, por isso gostava que o Senhor Presidente da Câmara lhes esclarecesse se já tem certezas de quando é que o PDM – Plano Diretor Municipal será suspenso. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, elencou o seguinte: "Relativamente ao Relatório de Atividades e no que diz respeito ao Departamento do Planeamento, mais concretamente ao PDM, temos informação de que foi solicitado aos

serviços uma maior abrangência no que diz respeito à suspensão parcial do mesmo, que inicialmente compreendia apenas a zona da Praia Formosa, mas pelos vistos, agora a intenção do executivo é que abranja outras áreas. Portanto, também gostaria de saber exatamente qual é o ponto da situação neste momento, passamos de uma suspensão parcial para uma revisão e além da Praia Formosa se estará também aqui em causa o Toco.-----

No que diz respeito à Praia Formosa temos um privado que anuncia e publicita empreendimentos que não podem sequer ser aprovados à luz da atual lei em vigor, porque embora o PDM tenha regras que estão na sua base, atualmente exige que para que seja aprovada ali qualquer tipo de empreendimento, haja um Plano de Pormenor. Portanto, não sei que garantias tem o privado de que ali vai construir, mas o que é facto é público, todas as pessoas confirmam que já estão a ser anunciados e inclusivamente vendidos empreendimentos para aquela zona. Inclusivamente tivemos um Presidente do Governo que não sei bem em que qualidade é que proferia estas declarações, mas disse que estava a negociar com os privados. Sinceramente na qualidade de governante não terá sido porque não tem essa competência, não sei se é pelo facto da sua mulher trabalhar para uma das empresas desses privados, estava nessa qualidade, mas não nos quer crer que sim e, portanto, ou está numa usurpação de funções ou está claramente a utilizar o cargo em benefício de terceiros.-----

Depois também ouvimos falar da questão dos estacionamento que vão ali ser construídos, efetivamente os empreendimentos que sejam construídos terão estacionamento. O Plano de Pormenor e a Carta de Riscos exigiria que nomeadamente no que diz respeito ao risco de cheias, fossem tomadas todas as medidas necessárias para a aprovação dos estacionamento, nomeadamente, subterrâneos. Também como nós sabemos das regras urbanísticas, é claro na construção desse tipo de empreendimentos e estacionamento que

haja estacionamento que sejam cedidos para uso público, o que não significa que os mesmos sejam gratuitos. Portanto, gostaria também de saber se a Praia Formosa que atualmente é um espaço de acesso livre e gratuito, irá ficar condicionada com a construção desses estacionamento ao pagamento por parte dos munícipes, deixando de ter um acesso livre e gratuito. -----

Relativamente ao Toco, o atual PDM na sua Carta de Riscos classifica aquela zona como de risco muito elevado. Em 2018 foi notícia uma derrocada naquela zona e, portanto, atendendo a todos os estudos que existem e que estão na base da classificação de zonas de risco no atual PDM, gostaria de saber também que estudos estão a ser feitos e que garantias terão os funchalenses, de que zonas que deixem de ser consideradas de risco que atualmente estão classificadas como tal, de futuro não poderão novamente ser alvo de acidentes naturais como os que já aconteceram.” -----

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** elucidou: “Respondendo ao **Senhor Deputado Municipal Énio Martins**, a obra do Caminho do Meio é da responsabilidade da ARM e autorizada pela Câmara, os prazos estão vencidos e pessoalmente já falei com o Presidente do Conselho de Administração da ARM por mais do que uma vez. É uma empreitada grande feita por fundos europeus e que tem a ver basicamente com a reparação das redes de águas de rega de algumas levadas do Funchal. Também nesta área o desperdício de água ainda é maior do que nas redes de água potável, é uma obra que é importante daí a nossa autorização, mas isso não significa que estas derrapagens sejam aceitáveis, porque o povo neste momento é que está a sofrer, estive lá recentemente e a situação é muito complicada. Portanto, estamos a fazer toda a pressão para que a ARM e o seu empreiteiro concluam as obras o mais rápido possível.-----

Em relação ao armazém da Fundoa é uma questão antiga e que, como sabe, temos vindo sempre a fazer melhorias contínuas naquele espaço, contudo é uma zona que por natureza

é fria, numa ribeira a uma cota superior o que torna a simples razão de lá estar é muito difícil principalmente no inverno. Mas respondendo de uma forma concreta, no orçamento deste ano não está previsto nenhuma intervenção de vulto, o que não significa que a Câmara por administração direta não possa fazer com os seus homens essas intervenções. Em relação à habitação esta semana foi aprovado em reunião de Câmara o início de procedimento para a abertura de concurso de 33 fogos na Nazaré, que é o primeiro projeto lançado deste pacote de obras previstas no âmbito do PRR, ou seja, a Câmara na sua Estratégia Local de Habitação conseguiu no âmbito do PRR incluir um conjunto de empreendimentos, e desta forma melhorar as condições que inicialmente estavam previstas, e o cofinanciamento do PRR é 100%. Contudo, contra nós temos a questão do prazo que como sabem em relação ao PRR é muito apertado.” -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** manifestou: “**Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano**, quanto à suspensão do PDM o Vereador João Rodrigues já fará com maior rigor e detalhe a explicação sobre essa suspensão. Mas eu queria esclarecer algumas afirmações que foram aqui insinuadas sobre o Senhor Presidente do Governo Regional, de que terá falado numa negociação com privados. Eu queria lembrar aos Senhores Deputados que houve sempre do nosso lado clareza nas deliberações e nas aprovações ao longo dos anos, isso tem sido demonstrado em tudo aquilo que é aprovado nesta Casa e não só, nós vamos continuar essa metodologia, esse detalhe e esse cuidado. Nada do que será ali feito, será acima da lei, tudo o que lá está a ser feito cumpre exatamente as regras do PDM, cumpre aquilo que são os projetos previstos para aquela zona e eu admiro-me de determinadas questões serem levantadas aqui, quando os projetos iniciais foram aprovados pelos anteriores executivos camarários. -----

Quando o Senhor Presidente do Governo lá foi fazer uma visita, e eu tenho todo o prazer em trabalhar conjuntamente com o Senhor Presidente do Governo, aliás tive o prazer de

trabalhar com ele e de ajudar a desenvolver esta terra, e se há coisa que nós pretendemos é desenvolver a Praia Formosa porque já chega daquele marasmo que lá está durante muitos e muitos anos, e aquilo que nos comprometemos com a população e que continua a ser o nosso objetivo, é desenvolver aquela zona respeitando a propriedade privada. A Câmara não tem qualquer terreno ali da sua propriedade, aqueles terrenos sempre foram privados, portanto, da nossa parte nós temos a preocupação de manter a acessibilidade livre, gratuita e de acesso disponível para toda a população e é isso que nós estamos a fazer. Os projetos que para ali estão a ser desenhados, mantêm uma praia aberta ao público, de livre acesso sem qualquer condicionamento e isso, que foi sempre o nosso objetivo e a nossa promessa, é aquilo que vai ser feito.-----

Sobre o pagamento dos estacionamento, há um acordo no desenvolvimento do projeto de uma cedência de mais de 400 lugares de estacionamento que serão públicos, mas tendo sido construídos por privados, naturalmente vão ter um preço como todos os lugares de estacionamento.-----

Quando o Senhor Presidente do Governo referiu a articulação com privados estava a se referir ao grande desenvolvimento que aquela zona irá ter, e que o Senhor Presidente do Governo está em articulação com a Câmara a fazer um estudo de melhoramento das infraestruturas rodoviárias de acesso àquela zona. Portanto, mais uma vez a tentativa de insinuações baixas e baratas não resulta nem tem qualquer cabimento, aliás eu a aconselhava a não entrarmos por esse caminho, porque se há pessoas que tem telhados de vidro nesta Casa, é sua Exa a Senhora Deputada. Por isso, quando se fala na mulher, no marido, no sobrinho, no enteado em lugares público ou privados, uma coisa é um lugar e um trabalho privado, outra coisa é um lugar e um trabalho público. Cuidado Senhora Deputada não entremos por esse caminho, nós já estamos aqui há 1 ano e meio e há muita informação que nós naturalmente temos acesso que nunca foi falada, mas Senhora

Deputada, nós não vamos entrar por esse caminho, mesmo com as insinuações que acabou de fazer e com as insinuações que foram feitas ontem no final da reunião de Câmara. Eu agradecia e pedia-vos o favor de não entrarem nesse caminho para não virem ao de cima situações que são desagradáveis, portanto, vamo-nos cingir ao trabalho, à parte técnica, àquilo que é permitido por lei e àquilo que nós estamos a fazer, porque as discussões baratas e de baixo nível nós não queremos e não estamos aqui para isso.” ----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** explicou: “**Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes** posso lhe dizer que relativamente à suspensão do Plano Diretor Municipal, terá conhecimento na sua devida altura, porque esse vai seguir todos os trâmites que são obrigatórios em termos do planeamento, do ordenamento e da legislação em vigor e penso que na próxima Assembleia já iremos trazer esse documento. -----

Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano o que lhe vou transmitir são duas situações, uma é a suspensão do Plano Diretor Municipal, outra será a alteração ao Plano Diretor Municipal. Mas já lhe digo que a suspensão do PDM tem muito a ver com a situação que nós encontramos no Plano Diretor, e na realidade não vos vou deitar culpas relativamente ao Plano que existe, porque também já há uma prática da aplicação do Plano ao longo destes anos, e há certas áreas que têm que ser limadas. Agora o que eu não aceito, nomeadamente, é que se faça, por exemplo, para a Praia Formosa um Plano de Pormenor quando 82% da área da Praia Formosa pertence a dois privados. Não se faz Planos de Pormenor para dois privados, aí deveria de ter sido feito um contrato de urbanização entre a autarquia e os privados e eles desenvolviam esse Plano. Mas a verdade seja dita, o Plano Diretor tem regras específicas (capacidades construtivas, áreas de implantação, números de piso) para toda aquela zona, e já na última Assembleia Municipal eu referi que as regras que serão aplicadas na zona da Praia Formosa, são as que estão definidas no Plano Diretor Municipal de 2018, que foi aprovado no vosso



mandato, eu já dei a minha palavra e continuo a dizer que será mantido, a única questão é que não vai ser desenvolvido um Plano de Pormenor, porque não faz qualquer sentido nesta realidade.-----

Na questão dos estacionamento para ficar devidamente esclarecido, a área que será, do conjunto das duas propriedades, cedida à autarquia para lazer, para zona verde, não irá existir construção nessa área. Irão existir a proporção das duas propriedades que é 2/3 que pertence à Empresa ITPF e 1/3 que pertence à antiga SHELL, e acontece que a proporção de estacionamento que serão públicos / rotativos, como é o exemplo da zona do Lido, é a obrigatoriedade de existir pelo menos 600 lugares de estacionamento públicos / rotativos. E vai existir mais estacionamento, porque a construção que ali vai existir tem que prever, de acordo com o PDM de 2018, a devida proporção de estacionamento afetos às frações. Na questão da maior abrangência, nós vamos fazer nesta suspensão, algumas suspensões de outras regras, tão simples quanto estas: zonas altas, zonas classificadas como zonas periféricas, não vamos suspender a área de construção porque está muito bem definida, mas há uma questão de que gostamos de ir de encontro aos anseios dos munícipes e nas zonas altas verificasse que há áreas com, por exemplo, 200m², mas só pode ser um fogo. Por exemplo, se um pai tem uma casa e quer fazer um 1º andar pode fazer, porque 100+100 dá os 200m², mas não permite individualizar o fogo para o filho fazer um empréstimo, fazendo um regime de propriedade horizontal, ponha duas frações e pedia um empréstimo para aquele 2º fogo, se ele quiser fazer isso tem que hipotecar o prédio na sua totalidade. Na questão das áreas comerciais do vosso PDM tenho um prédio, por exemplo, com 2 mil m², posso construir 3 mil m², mas eu tenho uma alínea que me diz que em termos da área de implantação se for para espaços comerciais só pode haver 500 m² de implantação, é essa alínea que nós vamos retirar, nós queremos o desenvolvimento e o investimento. Também há outras alíneas que falam em 200 m² que vamos suspender.-----

A zona da Praia Formosa, a área que fica pública de lazer chega a 40 mil m². As áreas cedidas na totalidade passam os 50 mil m², mas os 40 mil m² é superior ao Parque de Santa Catarina que tem 32 mil m². -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, sobre as questões do PDM, perguntou se já têm o parecer da DROT – Direção Regional de Ordenamento do Território. -----

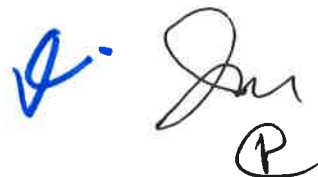
Também manifestou o seu contentamento pela questão de contemplar áreas verdes com a grandeza que foi referida. -----

Contudo, advertiu que é necessário colocar em atenção o interesse público e aquilo que é o interesse privado. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, perguntou quanto é que custou o livro sobre limpeza urbana. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, começou por dizer: “Relativamente àquilo que o Senhor Presidente da Câmara, se dirigindo à minha pessoa, disse que eu teria telhados de vidro, engana-se, posso dizer que não tenho, se calhar o Senhor gostaria que eu fosse igual, se calhar, a si ou a muitos de vós, mas não sou e estou perfeitamente aqui à vontade para dizer aquilo que tenho a dizer. E aquilo que o Senhor Presidente pode considerar que são insinuações, na verdade são factos porque é um facto que o Presidente do Governo não tem competências na área do ordenamento do território do espaço da Praia Formosa, e é um facto que a mulher do Presidente do Governo trabalha para as empresas de um desses grupos económicos. Portanto, aquilo que eu disse foi que ele ou estaria lá na qualidade de Presidente do Governo, logo em usurpação de funções, ou que estaria lá de marido. -----

Relativamente à Praia Formosa e ao PDM, ainda bem foi aprovado por nós e se calhar o problema é esse, os senhores acham que é o nosso PDM e não é, é o PDM do Funchal



que foi aprovado em 2018, previu uma faixa de cerca de 50 metros da costa que não tem nada a ver com o domínio público marítimo, mas coincidentemente são cerca de 50 metros, e que prevê que exista ali toda uma área que seja de fruição pública e sem construção, efetivamente com uma suspensão do PDM isso não poderá ser alterado, só mesmo com uma revisão. E aquilo que nos causa muita estranheza, como é que estiveram tantos anos para aprovar o PDM que não aprovaram, e depois de ele estar aprovado não tem 5 anos a vossa pressa em alterá-lo é tão grande, que nos põe em causa quais são os verdadeiros interesses deste executivo. Nós sabemos que os terrenos são privados e a decisão de que aqueles terrenos pertencem a domínio privado reconhecido pelo tribunal, foi na sequência de uma tentativa do vosso executivo de que aqueles terrenos deixassem de o ser. Nós todos sabemos que o Plano de Pormenor, foi a razão da existência do mesmo para a Praia Formosa, previsto no PDM, para nós termos um desenho urbano mais pormenorizado, da implantação dos edifícios, dos espaços públicos. Portanto, não percebo qual é o vosso problema, se estão tão interessados no bem da população e na cedência dos espaços, de ter ali o Plano de Pormenor. O que é que impede o Plano de Pormenor, que eu ainda não percebi, Senhor vereador?”-----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** esclareceu: “No que concerne ao parecer da DROT será incluído quando levarmos a deliberação a proposta de suspensão. No que concerne ao Plano Diretor posso lhe dizer que em 2013 havia um Plano concluído para entrar em discussão pública e levaram de 2013 a 2018 a concluí-lo. A razão do Plano de Pormenor acho que já foi mais do que justificada e quando saímos em 2013, deixamos um Plano de Pormenor que ainda estava em vigor e que os Senhores revogaram como tantos outros. A faixa dos 50 m, acho que se deve de informar um pouco melhor e não faça misturas e confusões quando na realidade uma coisa não bate com a outra.”-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** sobre a questão do **panfleto disse que diz respeito**

a um compromisso que assumiram com a população, para saberem o dia e a hora que será feita a limpeza urbana em bairros sociais, na via pública e em zonas residenciais. Acrescentou que estiveram no Departamento de Ambiente e Limpeza Urbana aquando da **admissão de trinta cantoneiros e dez motoristas, e uma das coisas que os trabalhadores valorizaram, foi exatamente aquela informação, pela forma clara e objetiva com que estão a assumir o compromisso com a população.** -----

Quanto àquilo que a Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano levantou, pela segunda vez pediu-lhe por favor para não entrar por aquele caminho. Porque a vida pessoal de cada um, sobretudo no que diz respeito a entidades privadas, diz respeito aos próprios e só nos lugares públicos é que devem de ter muito cuidado, sobretudo em lugares cujo pagamento resulta do erário público. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, referiu que para o MPT aquele é publicidade e que ao contrário dos Cantoneiros, a população não gostou. --

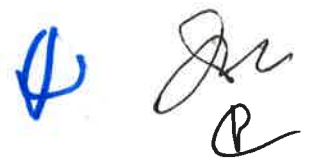
- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se está nos seus planos, a exemplo do que aconteceu no 25 de Abril, também para evitar ouvir baboseiras naquela Casa, no Dia da Cidade os partidos da oposição não usarem da palavra. -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, de acordo com as declarações por parte de Vereadores da Confiança que sobre a admissão de seis consultores jurídicos, manifestaram que o Funchal precisava de mais trabalhadores e de menos consultores, perguntou se efetivamente a Câmara precisa ou não precisa de mais trabalhadores?-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** sobre a questão do panfleto apenas acrescentou que



já estão a pensar na edição de dois mil e vinte e quatro, que será um puco maior e com mais informação. -----

Quanto à situação do Dia da Cidade, disse que ainda não pensou sobre aquele Dia da Cidade, mas prometeu que irão tentar que as celebrações sejam elevadas e com dignidade. Sobre as afirmações feitas pelos Vereadores da Confiança após a reunião de Câmara, disse que ficaram surpreendidos com as mesmas, porque todas as perguntas que são feitas naquelas reuniões, tentam explicar e argumentar com aquilo que é a realidade. Para além de as mesmas deixaram ficar uma insinuação no ar, de que a Câmara está a recrutar pessoas externas ao município, quando essas pessoas vão entrar e permanecer no quadro de trabalho do Município, serão, portanto, funcionários do Município. Lembrou ainda que essa designação já a usou, em dois mil e dezanove, a anterior Presidência do PS da autarquia, que também recrutou onze Consultores Externos Jurídicos. Porém, pela insinuação levantada, julga que se estavam a referir a uma determinada pessoa que está em oitavo lugar na lista de candidatos, e que entrou nos quadros de uma empresa municipal sob a mão do PS e da antiga presidência daquela Câmara. Por isso, lamenta as insinuações baratas, fáceis e baixas que muitas vezes são lançadas para a opinião pública, quando todas as admissões são feitas por concurso público, há uma hierarquia, há um número de lugares onde as pessoas estão posicionadas, entram aquelas que forem recrutadas por melhor servirem o erário público e que tiverem melhores notas.-----

Por último lembrou que no orçamento do corrente ano estão previstos 1,2 milhões de euros para quarenta e nove vagas, sendo: trinta de motoristas, dez pedreiros e canalizadores, nove fiscais e cinco jardineiros. -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse os programas sociais aplicados pela Câmara são os que precisam de mais atenção, porque devido à

grande inflação as pessoas estão a precisar de mais ajudas. -----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN,** relativamente ao conjunto de funcionários de uma empresa privada que estão a colaborar na limpeza urbana, perguntou: -----

Como é que a Câmara pode contribuir de algum modo para a sua segurança no trabalho? E se há a ideia de continuarem para além dos seis meses iniciais.-----

--- **A Senhora Vereadora Nádía Micaela Gomes Coelho** referiu: “Há uma diferença entre limpeza urbana e o que é remoção de resíduos. Esta empresa foi contratada para fazer remoção de resíduos, ou seja, a recolha do lixo porta a porta. Não tenho conhecimento de que tenham falta de calçado e de luvas, vou averiguar e ver como é que a podemos melhorar.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Dois - Orçamento Suplementar 2023 – Alteração Modificativa nº 2, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, que transmitiu: “O que está aqui em questão é uma alteração modificativa em virtude da construção do contrato aprovado, para a construção de 33 fogos da Nazaré, no valor de 5 milhões 277 mil euros. O que há de novo, é que em relação ao PRR no PPI para 2023, o financiamento estava como não definido porque aguardava a celebração do contrato, agora com a aprovação do contrato passará a definido e estamos a falar da aprovação do financiamento pelo IRHU no âmbito do PRR.” -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do PS,** expôs que existe a necessidade urgente de construção de habitação social na Freguesia de Santa Maria Maior. Porque

atendendo ao aumento dos vistos gold e do alojamento local, os custos de habitação aumentaram significativamente tornando-os inoportáveis e não acessíveis aos residentes da freguesia. Estamos a permitir a entrada de estrangeiros e emigrantes e a correr com os nossos fregueses. Por ter conhecimento dos apoios das verbas do PRR que vão permitir à Câmara construir habitação nas freguesias de São Martinho, Santo António, São Pedro e possivelmente no Imaculado Coração de Maria, chamou à reflexão do Senhor Presidente da Câmara que era de tamanha justiça que também tomasse uma deliberação para construir um ou dois lotes de apartamentos na freguesia de Santa Maria Maior. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o MPT acompanha a construção daquelas habitações e querem mais, por isso é preciso pôr em prática outro tipo de programas porque o Funchal está sem habitação para as pessoas que dela necessitam.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, transmitiu: “Efetivamente com esta alteração orçamental modificativa, nós ficamos a saber que a população do Funchal vai ter acesso a um projeto habitacional que vai ficar a custo zero para a Câmara Municipal do Funchal, porque o projeto foi deixado pelo anterior executivo, o local de implantação e toda a tramitação estava pronta e fazia parte da Estratégia Local de Habitação que o anterior executivo construiu, independentemente de quem pudesse vir a governar a cidade e fizemos isso porque vimos a política na lógica do bem comum.-----

Também ficou pronto e pode vir a ser agora candidatado a 5 milhões de euros a título absolutamente gratuito, porque o Governo da República tem uma visão do País na área da habitação que não exclui ninguém. Serão 33 fogos habitacionais que não custarão 1 cêntimo a este Município e, contudo, se ouvirmos os atuais dirigentes desta Câmara, estão constantemente a insultar quem trata o País por igual, independentemente das cores

políticas de quem governa, mas usam o dinheiro que lhes chegam e propagandeiam que são deles. Comparemos agora a prática que o Governo Regional teve relativamente a este assunto da Estratégia Local de Habitação, e do financiamento das candidaturas para projetos na área da habitação do Poder Local. Para evitar que o executivo anterior desta Câmara conseguisse colocar em marcha, logo a seguir à aprovação da sua Estratégia Local de Habitação, em 2019, não se importando com a população, não elaborou a sua Estratégia Regional de Habitação e demorou mais de um ano em relação àquela que o Funchal construiu, impedindo assim a Câmara Municipal do Funchal de se candidatar a financiamento. Na Estratégia Local de Habitação do Funchal, que estava feita, estava bem levantado o problema na área de habitação nesta cidade. Sabendo que os processos de construção são muitíssimo morosos e complicados, o Governo Regional preferiu não elaborar e atrasar a sua Estratégia Regional de Habitação, logo após o lançamento das políticas municipais de habitação que o Governo República começou a fazer em 2015, preferiu só fazê-lo muito tempo depois porque não ver um executivo que não era da sua cor a avançar na defesa da sua população nesta área tão deficitária, como a da habitação. Porque pretendia tolher os movimentos deste Município que não era da sua cor, como sempre fez desde 2013. Foram lutas constantes que esta Câmara teve em relação a boicotes sistemáticos do Governo Regional e de todas as instituições a ele relacionadas. Preferiram penalizar os e as funchalenses intencionalmente, impedindo as candidaturas ao financiamento e atrasando todos os processos relacionados. Mas a Estratégia Local de Habitação existia, o local da Nazaré existia, todos os bairros e as áreas onde haveria a possibilidade de a Câmara gerir os terrenos, está lá tudo e isso é que permite fazer o financiamento. Mas vale sempre a pena usar o poder político para promover as vantagens partidárias, que é o que tem feito o Governo Regional e com o seu partido o PSD, desprezando a população. Realmente o Partido Socialista é diferente, usa a política na



defesa do bem comum e da população para quem governa independentemente da sua cor política, este orçamento suplementar é a prova disso, 5 milhões 277 mil 659 euros e 67 cêntimos, que vêm da República e muito bem, e que este executivo usa, mas sabe dizer mal.”-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** retrucou: “A Senhora Deputada disse e bem, que o Funchal foi um dos primeiros executivos a definir a Estratégia Local de Habitação e julgo que esta, na altura, não contemplou Santa Maria Maior, portanto penso que o Senhor Deputado podia perguntar à sua colega porquê que não incluiu Santa Maria Maior. Mas o Governo Regional atento a estas necessidades ainda das verbas do PRR que tem disponíveis, ainda permitiu com iniciativa privada construir em São Gonçalo 54 fogos, aliás também no decorrer da reabilitação urbana que nós temos estimulado através de incentivos fiscais, temos promovido muita recuperação urbanística em Santa Maria Maior, que é o nosso desejo aumentar a oferta de habitação. Mas fiquei um pouco baralhado, até porque tive alguma experiência no Governo Regional, quando a Senhora Deputada diz que o nosso Governo da República trata os Municípios todos por igual, porque, se bem me lembro na altura até em funções no Governo, estive a desenvolver as verbas do PRR e na altura não sei se se lembra de um Senhor que julgo que é ministro, António Costa e Silva, tinha o poder do PRR, não é que então eles estavam a discutir essas verbas e ninguém sabia de nada? Quando nós nos apercebemos de que ia haver fundos do PRR para colmatar os problemas da pandemia, fomos a correr e tivemos uma semana para justificar e pedinchar verbas para a Madeira. Este era o tratamento igual que a Madeira tinha em relação ao Continente. Mas se o Funchal foi o primeiro a apresentar a Estratégia Local de Habitação, pelos vistos foi o último a executá-la porque quando nós entramos na Câmara estava tudo por fazer. Prova disso é que entre 2020, altura em que assinaram o acordo, e 2021 deste projeto da Nazaré que estamos agora a abrir concurso, não estava nada feito. Mas nós

tivemos o condão de fazer os projetos de especialidade, de abrir o concurso e já está no terreno. E a Senhora Deputada conjuntamente com o grupo que representa e que o Partido Socialista que representa, podia fazer uma de duas coisas, primeiro era pedir à Senhora Ministra da Habitação que neste caso agilizasse as autorizações, porque desde que o projeto foi pronto para Lisboa, depois de lá ter dado entrada estiveram 6 meses para serem aprovados, é que a este ritmo nem em 2026. Portanto os seus membros de Governo do Partido Socialista a nível da República, enquanto lá estão é bom que agilizem esta tramitação. Queria só relembrar que quanto ao tratamento igual, nós já vimos aqui no primeiro tema de abertura o que é o tratamento igual das freguesias, há umas freguesias do Continente e há umas freguesias das Regiões Autónomas. Há projetos do PRR do Continente e há uns projetos do PRR das Regiões Autónomas. Há serviços autónomos regionais que não servem rigorosamente para nada, não se pode dar autorização para que seja mais ágil. A única promessa que eu faço aqui ao povo é que podem continuar com a certeza absoluta que nós viemos para pôr obras em marcha e é isso que estamos a fazer. Até 2026 vamos pelo menos na Nazaré entregar 33 fogos, temos 202 para fazer, estamos a facilitar mais 168 com privados, são 370 fogos que o Funchal vai ter para além de outras iniciativas que nós estamos a fazer.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, contrapôs: “Acabamos de ouvir o Senhor Presidente da Câmara do Funchal dizer que nós não fizemos nada depois da Estratégia Local de Habitação, e eu acabei de explicar que nós demoramos um ano a fazer a nossa estratégia, o Governo Regional demorou mais de dois anos. Gostava também de dizer que em muito menos do que 6 meses, cerca de 3 ou 4 dias, nesta Câmara recebemos uma comunicação de que havia qualquer dinheiro do PRR que o Governo Regional ia distribuir, e nós fizemos uma serie de projetos na área social, na área cultural, na área da habitação, enviamos e nada foi aprovado porque iria ser tudo

concretizado pelo Governo Regional. Gostava também de dizer que quando o Senhor Presidente fala que tem uma taxa de execução muito elevada, gostava de dizer o seguinte, vamos analisar as obras que esta Câmara está a realizar: -----

- Compra de viaturas do ambiente, deixado tudo preparado pelo anterior executivo.-----
 - Matadouro, deixado tudo pronto quase a ser concluído, iria ser concluído em outubro e continua ainda a não ser aberto.-----
 - CIGMA deixado todo avançado e financiado pelo anterior executivo.-----
 - Várias estradas que estão agora a serem executadas, foi o anterior executivo que deixou os projetos e os concursos todos feitos.-----
 - Foi o anterior executivo que deixou todo o processo da rede de águas a andar.-----
 - A ETAR esteve mais de 20 anos bloqueada pelo PSD nesta Câmara, e quem pegou nele e o deixou a andar antes que a Região e o País tivessem que pagar multas muitíssimo avultadas, foi o anterior executivo.-----
 - Quem é que tratou de todos os processos da localização de herdeiros da Felisberta, que demoraram imenso tempo a fazer, e deixou tudo pronto para ser feito, foi o anterior executivo.-----
 - As obras ao abrigo da eficiência energética dos bairros sociais, foram deixadas pelo anterior executivo, foi eu que tive reuniões com a população.-----
- Portanto, é fácil dizer que temos uma taxa de execução muito elevada quando o anterior executivo deixou tudo pronto.-----

Quais são as obras novas?-----

Quais são os projetos novos de gestão de futuro para a cidade deste executivo? – Zero---

O que estão a concretizar é tudo projetos e visões do anterior executivo.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do PS,** sobre as palavras do Senhor

Presidente da Câmara de que não discrimina nenhuma Freguesia, lembrou-lhe que a Madeira tem direito aos novecentos milhões de euros do PRR que vem para a mão do Senhor Presidente do Governo Regional, que por sua vez vai dar às Câmaras consoante a sua cor e os seus critérios, por isso, se o Senhor Presidente da Câmara quer fazer a diferença, não faça uma vingança em Santa Maria Maior, porque aquela freguesia não tem só PS, também tem muito PSD que precisam de casa e que por vezes são jogados para outras freguesias. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** disse: “Eu concordo com tudo aquilo que o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior referiu, e eu recordo-lhe, porque tem participado em várias reuniões connosco, que com certeza se apercebeu que houve coisas que nós fizemos desde que entramos, como reforçar as verbas para as Juntas de Freguesia em 30% de aumento. E embora seja o único que não está alinhado com as nossas cores partidárias, tem sido tratado com a mesma elevação, com o mesmo respeito e com a mesma dignidade que todos os outros Presidentes de Junta de Freguesia. Aliás, no protocolo que fizemos na descentralização, as responsabilidades, os deveres, os poderes, a transferência financeira, foi salvaguardado exatamente da mesma forma com que o fizemos para todas as outras Juntas de Freguesia. Reforçamos as verbas, estamos a tratar todos por igual, ouvimos todos por igual, ajudamos todos por igual, não fizemos nenhum saneamento financeiro com Santa Maria Maior, ao invés daquilo que se passou com a Junta de Freguesia do Monte no passado. Senhor Presidente nós estamos completamente alinhados, é um prazer trabalhar consigo e vamos continuar a trabalhar. Mas queria só acrescentar que nós alcançamos uma taxa de execução de 62% de investimentos só no nosso primeiro ano, e eu olho para trás e em 2021, ainda sob a Presidência do PS, a taxa de execução que já vinha ao longo de 8 anos era de 46%, em 2020 foi de apenas 42%, em 2019 foi de 37%, ou seja, no rescaldo dos 8 anos da



presidência do PS o número que fica na história é a execução abaixo dos 50%. O número que fica na história, no primeiro ano de execução do Funchal Sempre à Frente, 62%. Senhora Vice-presidente, muitos parabéns.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal**

Sempre à Frente, dirigindo-se à Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes, disse: “Eu estou solidário consigo, eu fiquei muito comovido e sensibilizado com as suas palavras. Agora eu pergunto-lhe aquilo que já lhe perguntei por mais do que uma vez, se os Senhores deixaram tudo feito, tudo pronto, como é que V. Exas conseguiram perder as eleições? --- E até percebo o incómodo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior tem com toda esta situação, porque desta belíssima Estratégia Local de Habitação Santa Maria Maior não aparece nos 123 fogos previstos, mas aparece na renovação do bairro de Santa Maria e o realojamento das 93 famílias ali residentes, e eu gostaria de saber até 2021 quantas destas 93 famílias foram realojadas? -----

Agora vir a esta Assembleia, como veio a Senhora Deputada Madalena Nunes, numa atitude do autoelogio eu recomendava-lhe algum recato, porque a sua passagem por esta Câmara Municipal, especificamente pelo pelouro da habitação social, tem um símbolo muito especial e, infelizmente, não é a construção de habitação nova, mas uma licença sabática, porque é por isso que as pessoas a conhecem, pois conseguiu nomear uma pessoa sem competências para desempenhar um lugar e depois ainda teve a capacidade de acordar com essa pessoa uma coisa espetacular, é que o senhor recebia o salário e não trabalhava. Portanto, sempre que se atrever a vir falar de política de habitação social desta Câmara, lembre-se que a sua marca é essa, uma licença “sambática”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, disse:

“Relativamente à questão da Execução gostaria de referir que até nem sei como é que a execução não é superior, porque conseguiu colocar 8 milhões de euros numa conta a prazo

e aí a execução certamente será de 100%.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que gostamos de ouvir que há 62% de execução, mas advertiu que se no corrente ano não chegarem aos 100% têm de pedir desculpa aos funchalenses.-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** informou: “Senhora Deputada Municipal queria lhe dizer com muito gosto e muito prazer que nós aceitamos a proposta da nossa Vice-presidente em rentabilizar os 8 milhões de euros, que estão consignados para determinadas obras e que a grande visão da nossa Vice-presidente, lembrou-nos e bem, que esse valor só podia ser utilizado para pagamento das obras quando elas forem concretizadas. Mas para ajudar mais famílias carenciadas propôs que enquanto esse dinheiro não pode ser utilizado para o tal pagamento, nós conseguimos em 90 dias arranjar quase 21 mil euros, que sob proposta da Vereador Helena Leal, vamos aplicar nas famílias carenciadas e foi mesmo isso que nós conseguimos fazer e apoiamos mais 135 famílias.”

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Dois - Orçamento Suplementar 2023 – Alteração Modificativa nº 2, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e dois da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

--- Por esta ocasião os trabalhos foram interrompidos para o intervalo do almoço.-----

--- Depois os trabalhos foram retomados com a apreciação do **Ponto Três - Relatório e Contas da Empresa Municipal Frente MarFunchal, ao abrigo do disposto na al. b) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**.-----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS**, perguntou porquê o aumento dos ingressos nos complexos balneares, e o porquê da diminuição da idade de



isenção de entrada nos mesmos? -----

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** começo por dizer: “Esta empresa depois de anos sucessivos de ter prejuízos acumulados e estar condenada ao seu encerramento, nós hoje apresentamos 100 mil euros de resultados positivos e o passivo praticamente limpo, as dívidas estão também liquidadas e houve de parte a parte um conjunto de movimentos contabilísticos. A empresa apresentou resultados líquidos do exercício, fez um processo de ajuste de efetivos sem recorrer a instâncias judiciais, já no ano passado como este ano não há qualquer tipo de indemnização compensatória para o funcionamento da empresa, e a empresa vive das receitas que gere. -----

Perante uma situação em que a inflação oficial foi 7,8%, que é a base da tabela de taxas da Câmara e das empresas municipais, nós aumentamos os ingressos que é metade do valor da inflação. Porque as tarifas têm que proteger em primeiro lugar as crianças, os jovens, os estudantes, os idosos e, portanto, todas essas tarifas incluindo o cartão de 20 entradas não sofreram nenhuma atualização. As atualizações que existem é o principal que é pago praticamente pelo turista, qualquer estudante tem um valor especial que sofreu uma atualização que não chegou a 10 cêntimos e, portanto, nós temos uma proteção social no tarifário que ao contrário do que é dito, em média é inferior a metade da inflação. -----

E para que fique em ata eu só tenho um agradecimento a fazer aos cerca de 90 funcionários da Frente MarFunchal, que todos os dias, alguns deles recebendo o salário mínimo regional, dão o seu melhor para que a população do Funchal possa, nos seus tempos livres, passar um bom momento de praia.”-----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, gostava de perceber o que é que mudou na Empresa Municipal Frente MarFunchal para aquele feito? E se o passivo estava identificado com a resolução dos processos de contrato

exclusivamente desses funcionários, ou se era pela gestão corrente da Frente MarFunchal.

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** esclareceu: “Senhor Deputado é importante do ponto de vista da gestão não confundirmos duas realidades. Uma coisa é a limpeza do passivo e quando a Frente MarFunchal tinha capitais próprios negativos, nos termos da lei o acionista, neste caso a Câmara, tem a obrigação legal de cobrir esses mesmos capitais negativos, de forma que esse passivo possa ser liquidado. Foi isso que foi feito, nós o ano passado não tivemos qualquer tipo de indemnização compensatória, mas tivemos que cobrir os capitais próprios negativos em 2021 e 2022. Foi através desta situação que conseguimos dar, do ponto de vista da tesouraria, folga para poder fazer situações tão importantes como o pagamento de salários aos funcionários. Coisa diferente é o resultado do exercício que tem a ver com os resultados operacionais. Portanto estamos aqui a falar do resultado do exercício, e este foi positivo em 100 mil euros, que não é muito, mas é muito do ponto de vista dos salários em que foi feito o ajustamento, mesmo apagando indemnizações, isso baixou claramente o custo que nós temos com os funcionários. E do lado da receita aumentou, porque o nível de borlas e de entradas era uma coisa desumana, portanto volto aqui a dizer que a nossa preocupação número um é: proteger os jovens, os estudantes, os seniores e os frequentes em que todos estes têm um custo de bilhete entre 1 euro e 70 e 1 euro e 80. Mas também continuamos a oferecer entradas em relação a alguns ATL que nos pedem, mas é diferente de algum amiguismo que existia muitas vezes na bilheteira. Acima de tudo tem a ver com que quando chegava um turista à Frente MarFunchal, diziam para comprarem 5 bilhetes porque o valor custava o de quase um ingresso, ora isto não faz sentido, porque uma empresa como esta tem uma preocupação social, mas não tem uma preocupação de ter que ajudar socialmente quem nos visita. Nós não fazemos política social para os turistas, mas sim para os madeirenses que precisam, portanto é esta situação de pequenos ajustamentos da bilheteira que deu os resultados que



disseram, sem aumentar preços do ano passado, mas realmente provocou que as receitas tivessem aumentado. Há que não esquecer também que a auditorio do Frente MarFunchal tem uma componente mais ou menos equivalente do estacionamento, e ao nível dos parcometros também, em que houve um reforço e um processo muito complexo com a Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres e a PSP, estamos a fiscalizar e essa receita das multas para a Frente MarFunchal é zero, toda essa receita é dos cofres da Região, mas acima de tudo as pessoas passam a pagar, porque como não se fiscalizava as pessoas não pagavam e agora pagam, e ao pagar não aumentando o esforço dos funchalenses, não aumentando as taxas dos parcometros em 2022, as receitas também aumentaram por via da fiscalização. Portanto são estas duas realidades que explica a pergunta que V. Exa fez.” -----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, o MPT gostaria de saber a nível de DRTT quando é que vão devolver o valor das multas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, sobre aquele ponto referiu: -----

- Análise financeira do resultado líquido atual de dois mil e vinte e dois, cem mil euros positivos. Resultado líquido da gestão do Partido Socialista, meio milhão de euros negativos.-----

- Capitais próprios positivos na gestão de um ano e seis meses, trezentos e catorze mil euros positivos. Na gestão do Partido Socialista menos trezentos e sessenta e dois mil euros de capitais próprios negativos. -----

- Total do passivo a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, oitocentos e vinte e nove mil euros. O passivo do Partido Socialista a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, dois milhões de euros.-----

A gestão do PSD/CDS em pouco tempo naquela empresa municipal:-----

- Valor cobrado pelas entradas a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, foi de um milhão duzentos e vinte e um mil euros. Valor cobrado pelas entradas na gestão do PS no pré pandemia, dois mil e dezanove, novecentos e oitenta e seis mil euros. Crescimento de 23,8% na receita gerada e sem alteração do tarifário.-----

- Setor de mobilidade 48% das receitas da Frente MarFunchal: vendas e prestações de serviço em dois mil e vinte e dois, alcançaram dois milhões trezentos e cinquenta e um mil euros. O crescimento das vendas e prestação de serviço foi positivo em cerca de 21,2% comparativamente com o ano de dois mil e vinte e um e de 6% face ao período homologado de dois mil e dezanove, que é o último ano antes da pandemia.

- Recursos humanos, o loby do recrutamento do Partido Socialista na Empresa Frente MarFunchal, em que tinham cento e quinze trabalhadores e que a maior parte não eram operacionais, era um milhão e seiscentos mil euros de salários. Atualmente tivemos uma diminuição de trabalhadores de 21% face ao anterior, quase meio milhão de euros de redução com custos com o pessoal.-----

- Área de fornecimentos e serviço externo, há uma diminuição acentuada rubrica de publicidade e propaganda em menos de trinta e um mil euros.-----

Finalizou concluindo que não existem razões para que não apreciem favoravelmente aquele relatório e contas referentes à gestão de dois mil e vinte e dois, pois na política têm que ter a noção do interesse público que foi de reverter o processo de dissolução da empresa Frente MarFunchal, e iniciar uma nova etapa na vida daquela empresa com a finalidade da sua viabilização económica e financeira, e o término permanente da instabilidade quer na sua gestão quer da sua paz social necessária nos seus quadros.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, relativamente aos parquímetros geridos pela Empresa Municipal Frente MarFunchal, perguntou se foram

entregues multas à Direção Regional de Economia e Transportes e qual o montante.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, por o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta ter referido o loby de recrutamento do Partido Socialista na Empresa Frente MarFunchal, disse que o mesmo tem de indicar o nome dessas pessoas, porque isso é crime.-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** quis esclarecer: “Que o valor das multas que a Frente MarFunchal recebe dos parcometros, não entra nas contas do Município do Funchal nem nas contas da Frente MarFunchal, apenas por uma questão técnica há uma conta de passagem, mas todo o valor das multas é receita do Governo Regional. Quanto à receita dos parcometros, 95% é receita da Frente MarFunchal e 5% é receita da Câmara, aliás por deliberação do anterior executivo.-----

Quanto às receitas da empresa Frente MarFunchal, tivemos neste ano e meio menos 400 mil euros em gasto com pessoal, ou seja, nós retiramos as gorduras da empresa, eliminamos o excedente que lá havia e acrescentamos 350 mil euros nas receitas, ou seja, apenas um aumento de 4,5% no número de entradas que gerou um acréscimo de mais 23,8% do valor das receitas, e eliminamos centenas de bilhetes que eram oferecidos indiscriminadamente. Investimos mais na empresa, demos mais qualidade e sobretudo nós demos paz, estabilidade social e trabalho a centenas de famílias que lá estavam. No primeiro mês que entramos na Câmara a Senhora Vice-presidente teve de fazer uma transferência de quase 900 mil euros para a Frente MarFunchal, para assegurar o pagamento de salários e de funcionamento daquela empresa. O ano passado e este ano, não houve qualquer cêntimo de transferência da Câmara para a Frente MarFunchal. A isto se chama uma gestão eficiente, com elevação e responsabilidade e um exemplo de gestão municipal.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS**, contrapôs que se

aquela empresa está a ter lucros, subsiste a questão do aumento dos preços. -----

Depois lembrou que muitas das dívidas daquela empresa já vinham de executivos anteriores a dois mil e treze. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, disse que o discurso do Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta é um discurso demagógico, populista e usa a mentira e que são características que só dizem respeito àquele Senhor. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou a apreciação do **Ponto Quatro - Relatório e Contas da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, ao abrigo do disposto na al. b) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09.** -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que as contas da SocioHabitaFunchal são corretas e que é uma empresa fundamental para corrigir certos deficits que existem entre a população, por isso é importantíssimo salvaguardar a SocioHabitaFunchal e a atual gestora. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, disse: "O que eu queria aqui dizer é que o Funchal tem uma empresa municipal que trabalha muitíssimo bem, que é a SocioHabitaFunchal. Se olharem para o relatório verificam que têm sempre projetos que nunca cristalizam. Há sempre projetos novos, estão sempre a ser analisadas as situações das populações mais carenciadas que estão na alçada da SocioHabitaFunchal, e estão sempre a ser pensados projetos, ideias, promotores da autonomia, de emancipação. -----

Querida fazer um elogio ao excelente trabalho que é feito na SocioHabitaFunchal, que sempre foi feito e que continua a ser feito, que não estabiliza e que não cristaliza no tempo. Parabéns SocioHabitaFunchal." -----



--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, manifestou: “Este ponto da ordem de trabalhos além de demonstrar a gestão financeira da entidade, a qual mereceu o parecer positivo por parte do Fiscal Único, através da entidade BDO, que faz a Certificação Legal das Contas, concluindo também pelo cumprimento dos requisitos legais onde nos permite perceber que há um resultado líquido positivo de cerca de 18 mil euros, permite-nos, e bem, perceber a vocação e a importância da ação social desta empresa. Mas, não menos importante, mostra-nos a perceção do esforço que é feito por esta empresa para intervir naquelas que são as questões mais importantes que atingem a sociedade. Sem dúvida que a questão habitacional é primordial, promover o acesso a uma habitação condigna que atende às necessidades e fragilidades de cada um é fundamental. E esta necessidade habitacional que muitas famílias sentem encontra reflexo numa expressão tão simples e muitas vezes ouvida de: *eu só quero um canto para poder viver*. Idêntico em certa medida o que é sentido por quem não tem trabalho, a possibilidade de ter algum para poder viver e se sentir útil, ter rotinas e um propósito diário. Todos os anos inscrevem-se novas pessoas, agregados, muitas das vezes vindas não de situações de precariedade habitacional, mas por conta de outros flagelos sociais, nomeadamente violência doméstica ou por dificuldade financeira em comportar os custos associados a uma renda, ou por situações de desemprego, doença, entre outros. E estas fragilidade, ou precaridades, que vão surgindo na sociedade fruto dos mais diversos fatores, também atingem aqueles que parecendo que estão acima da linha de água, estão comprimidos e muitas vezes esgotados naquela que é a sua capacidade de ação, e aqui está uma parte significativa da classe média. Perante estas dificuldades e complexidade da realidade social, é importante que entidades como a SocioHabitaFunchal, os governos, as autarquias, mas igualmente as empresas privadas tenham um olhar atento. Verificamos ao longo do relatório que a atividade da SocioHabitaFunchal é vasta e diversificada, tem como

público alvo não só aqueles que vivem em bairros sociais, mas também acolhe a população circundante que queira e precise de apoio. E esta atividade da SocioHabitaFunchal vai desde a gestão dos empreendimentos ao apoio individual através do gabinete de psicologia, aos projetos e atividades nos centros comunitários que não só se debruçam sobre os mais velhos ao nível do combate ao isolamento e solidão, promovendo o envelhecimento saudável e a sua inserção na vida social, mas também com as famílias ou cuidadores que têm a seu cargo pessoas com deficiência. Falamos também do Pólo de Emprego, da Oficina Solidária e da Loja Social, de ações que visam criar um sentimento de pertença e de compromisso para com a comunidade, fomentando as boas relações de vizinhança, o cuidar dos espaços e o quebrar o ainda existente estigma de quem vive num bairro. E ao mesmo tempo, nos alegra saber que a SocioHabitaFunchal mesmo com todas as dificuldades que possa ter e tem, consegue fazer tanto a tantas pessoas. Assusta perceber que os projetos criados e implementados, as ações levadas a cabo, surgem a partir de necessidades das pessoas numa sociedade que deveria de estar a fazer um percurso inverso ao da degradação das condições de vida. É perante este quadro que felicitamos a SocioHabitaFunchal e os seus colaboradores, pelo esforço e dedicação que colocam diariamente na causa social. Felicitamos também este executivo da Câmara Municipal do Funchal, que aumentou o valor do contrato-programa para este ano de 2023 e já o tinha feito em 2022, não só para fazer face aos incrementos salariais, mas também devido a novas contratações que vêm a se verificar desde o ano passado, reconhecendo-se que o reforço das equipas permite fazer mais e chegar a mais pessoas, sendo por isso um dos fatores de motivação. Este aumento permitirá ainda consolidar a intervenção e dinamização social com as famílias inquilinas da SocioHabitaFunchal, fruto do reconhecimento pela Câmara Municipal da importância da ação social e do apoio aos mais frágeis. E a par de tudo isto, temos também as metas de construção de nova habitação,

como já anunciados os 33 fogos na Nazaré, a continuação da reabilitação e requalificação dos bairros sociais, tal como aconteceu em 2022 nos bairros da Ribeira Grande, parte do Palheiro Ferreiro, Viveiros, numa intervenção global que ascende aos 2 milhões de euros. Constatar mais do que anúncios como no passado, é verificar que este executivo cumpre com o Funchal.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Cinco - Documentos de Prestação de Contas de 2022, ao abrigo do disposto na al. l) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, transmitiu: “Gostaria de começar por destacar e agradecer o brilhante trabalho que tem sido feito pelos serviços muito qualificados que têm trabalhado em equipa e largas horas da Câmara do Funchal, num ano em que este executivo arrumou a Casa em termos financeiros. Começamos por regularizar dívidas antigas, algumas das quais com valores expressivos e em litigância, e dou dois exemplos: o da ARM em que a 5 de setembro de 2022 chegamos a acordo devidamente homologado pelo Tribunal Arbitral, quanto à forma de pagamento das faturas a partir de janeiro de 2023, em que nesse acordo ficou expresso que a Câmara iria registar e reconhecer como gastos o que faz a partir de janeiro, a totalidade da fatura da água e dos resíduos que a ARM cobra mensalmente à Câmara, sem abdicar da litigância que foi anteriormente intentada judicialmente. Isto foi um acordo vantajoso para a ARM desde logo, porque permitiu não reconhecer e não abdicar de qualquer litígio e de qualquer valor que está a ser dirimido judicialmente, mas estanca os juros a partir das faturas inerentes ao ano de 2023. Uma vez que a Câmara está a partir de janeiro a pagar por conta a totalidade destas faturas, significa que não é possível que a ARM faça execuções de dívida como fez em mais 3 centenas até ao ano anterior, e que não pode cobrar qualquer juro a partir da dívida de 2023. Mas se dúvidas existissem que não abdicávamos de qualquer substância que está a ser dirimida em tribunal, em dezembro de 2022 este

executivo fez uma nova ação contra a ARM suscitando o tarifário de 2017 e anos subsequentes, isto porque a própria DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais notificou-nos formalmente de que iria proceder à retenção de verbas para a Câmara do Funchal, fruto de não existir nenhum ato subsequente de direito e, portanto, parecer o anterior executivo ter-se conformado a partir de 2017. Não aceitamos nenhuma brecha e se existir mérito a favor de uma decisão favorável da Câmara, ela devesse já também a este executivo porquanto alguma vez identificado algum risco, nós próprios reagimos e não deixamos de atuar em todas as áreas. No entanto, não pensemos que o aumento do passivo não vai continuar, porque até 31 de dezembro de 2022 existe uma dívida sem juros à ARM de 36 milhões de euros do anterior executivo. Existe com juros 46,1 milhões de euros e obviamente que os juros que existiam e as dívidas existentes no passado, como vemos são dezenas de milhões de euros, elas próprias vão se vencendo os juros todos os anos até a sentença transitar em julgado. E esta é uma das razões que aumenta o passivo em 2 milhões e 400 mil euros, sendo que continuamos a ter um aumento do passivo, fruto de uma gestão do anterior executivo.-----

Outra nota que queria dar é encerrar o litígio que existia entre a Câmara Municipal do Funchal e a Empresa de Eletricidade da Madeira, houve um acordo de transação de uma dívida anterior que era de 6 milhões de euros, mas que a Câmara Municipal do Funchal conseguiu fazer uma negociação para pagar em 12 anos a partir da data do acordo, ou se quisermos, 18 anos a partir de 2016 que é quando a dívida existe sem qualquer cobrança de juros. Portanto, será feito um pagamento por duodécimos de 28 mil euros durante este horizonte temporal de 12 ou 18 anos à data a que nos reportemos, e que mostra que é um pagamento prestacional que é possível acomodar nas nossas contas e que não está onerado. Mas até 2034, que é quando acaba este pagamento, acabam também os litígios de fornecimentos de eletricidade, de qualquer débito de juros e também houve uma



poupança com estas iniciativas de 800 mil euros, só em custas judiciais. -----
Sobre a receita, em 2022 aumentou 13,6 milhões de euros no IMT e temos 4 milhões e 300 mil euros que nos cai na conta bancária por decisão do executivo em 2020, que decidiu não devolver nenhuma percentagem de IRS aos municípios. Já não temos a DERRAMA que eliminou na receita 1 milhão e 100 mil euros, portanto mais receita com total desagravamento fiscal que este executivo conseguiu implementar. -----

Queria dar-vos nota que em relação ao excedente orçamental que existe, já está totalmente programado, nomeadamente para a aquisição de 31 viaturas pesadas na área do ambiente e de 23 equipamentos, mas também falar em que vamos continuar a investir e já está comprometido 1 milhão e 900 mil euros em viaturas de recolha de lixo, 2 milhões e 900 mil euros em diversas empreitadas, mais 4,6 milhões de euros na telegestão, no canil mais 1 milhão de euros, no reforço ao apoio às famílias mais 900 mil euros, na aquisição de matérias primas mais 2,6 milhões de euros, no reforço às instituições sem fins lucrativos mais 400 mil euros e no pagamento total da ARM que representa mais de 6 milhões de euros este ano. O aumento que existiu de 5 milhões de euros na utilização de empréstimo ainda conseguimos fazer o reembolso de 3 milhões 800 mil euros do empréstimo que vinha do anterior executivo. -----

Termino, como o Senhor Presidente disse, em 2022 houve uma taxa de execução do PPI de 62%, bem longe de 37%, ou da serie dos 5 anos se quisermos comparar, em que nunca chegou a 50%.” -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, expôs: “Gostaria de dizer que acaba por haver uma certa incongruência naquilo que diz respeito à vossa interpretação/gestão no que diz respeito à ARM. Porque por um lado fazem um discurso de que o anterior executivo acumulou uma dívida na ordem dos 36 milhões de euros, tinham

dito que iriam reconhecer o tarifário, no entanto, o mesmo não foi reconhecido e inclusivamente este executivo também acumulou dívida, porque relativamente ao ano passado existem os tais 6 milhões de euros. De qualquer modo, o acordo que foi feito inicia-se este ano e tudo o que estava para trás relativamente ao ano passado, inclusivamente um litígio em tribunal, não foi pago e considero que também acumularam dívida no ano de 2022. E embora existindo esse litígio em tribunal porque também consideram que o aumento foi feito por parte do Governo Regional no tarifário da água e na taxa dos resíduos, contestaram em tribunal e, portanto, puseram uma ação contra o Governo Regional no que diz respeito a esses aumentos. Mas quando vamos verificar as provisões, verificamos que todos os valores referentes às águas se encontram provisionados na sua totalidade, o Município considera que existe um risco de 100% no pagamento daquele valor que contesta. Não sei que informação é que os advogados prestaram para o facto de provisionar a 100% esses montantes. Relativamente à questão da ARM percebo o desconforto daquilo que foi prometido em campanha, daquilo que foi dito, mas a litigância continuou e o acordo que foi feito só não executado, porque na altura a ARM recusou-se a fazê-lo e depois acabou por aceitar já no vosso mandato.-----

Relativamente ao documento da prestação de contas gostaria de por um lado dar os parabéns ao Senhor Presidente, porque além de ser o recordista das nomeações, de já ter sido em 2012 o campeão das dívidas, agora bate o recorde dos impostos, nunca se pagou tantos impostos no Funchal como no ano passado. É o Presidente que mais cobra impostos no Funchal e que apesar de poder e dever ter devolvido já para o próximo ano os 5% do IRS, conforme foi sua promessa em campanha eleitoral, resolveu fazê-lo apenas faseadamente. Nós consideramos que esta prestação de contas de alguma forma é-nos apresentada de uma forma falaciosa, porque vemos que assim como as suas promessas estas contas estão cheias de boas intenções, mas quando vamos ao pormenor e interpretar

toda a informação que consta deste documento, não passa de boas intenções. Diz que reflete os compromissos assumidos, então vejamos: -----

- Reforço dos apoios sociais, quando vamos à página 44 verificamos que os apoios sociais diminuíram. Estão englobados os apoios nas transferências correntes, apoios às famílias e que de acordo com o quadro diminui quase 1 milhão de euros. Verificamos também que as transferências para as freguesias diminuíram, e, portanto, não me parece que este documento de prestação de contas reflita aquele que foi o seu compromisso de reforço dos apoios sociais.-----

Relativamente à criação dos postos de trabalho também nos parece que é mais um compromisso falhado, porque quando vamos ver a despesa com novos postos de trabalho no ano de 2021 e 2022, também o valor diminuiu.-----

A redução da carga fiscal sobre os municípios e empresas não é certamente o mesmo que verificamos com o aumento dos impostos. Na sua totalidade temos a maior cobrança de impostos de sempre. O Município obteve um record de receitas no ano passado e ainda assim e havendo previsões disso mesmo, reforço uma vez mais que não foram devolvidos os 5% que o Município podia devolver aos municípios. Depois dizer que a melhor situação financeira e orçamental é resultado do rigor e eficiência que implementou, e que isto reflète-se na taxa de execução do PPI, até dá vontade para rir, porque facilmente se descobre esta chico espertice de descabimentar rubricas, nomeadamente diminuindo valores para a execução do plano de investimento, em que reparamos nomeadamente na página 537, que existem 53 alterações permutativas, em que há uma diminuição do valor cabimentado o que faz automaticamente com que a taxa de execução aumente, além dos 8 milhões que foram colocados a render e que estes certamente estão 100% executados, portanto sai fora destes montantes e se estivessem ali certamente também teriam contribuído para que a taxa de execução não tivesse sido tão elevada, portanto é fácil mexer com estes dados de

forma a que a taxa de execução aumente. Também dizer que uma das coisas que contribuiu e muito para que a taxa de execução ainda assim seja elevada, é que tinham obras prontas e obras no terreno.-----

Relativamente às provisões importa ver o que diz a Certificação Legal de Contas que tem a opinião com reservas, pela questão dos montantes que estão aqui refletidos, há uma questão que tem a ver com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, que do conhecimento que tenho estaria pronto a ser adaptado. Depois há a questão do ênfase que é dado às provisões no montante total de 54 milhões 970 mil 757 euros, que incluiu os tais 38 milhões 519 mil euros em outras provisões, dos quais estão os potenciais encargos com a ARM por faturação não aceite, ou seja o Município considera que o risco é de 100% e o montante irá ser todo pago, daí estar a provisionar os 100%. Já noutros processo não se verifica o mesmo, são informações que são remetidas por advogados da autarquia, nomeadamente o advogado que é sogro do irmão do Senhor Presidente. Depois relativamente ao ano passado existia uma ação arbitral no valor de 6 milhões 196 mil de euros, que estava provisionada e que desapareceu.-----

Para terminar, a dívida duplicou, os dois executivos anteriores a partir de 2013 recuperou a dívida do PSD de 110 milhões de euros, reduziu-a para 27 milhões de euros e neste momento a dívida encontra-se no valor de 45 milhões de euros, portanto a crescer em flecha. Os fornecedores não recebem a tempo e horas, os prazos de pagamento aumentaram, logo, as contas não estão assim tão fantásticas como parecem.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que na prestação de contas é preciso ser correto e pagar a tempo e horas é o que a Câmara tem feito. -----

A nível de impostos que a Câmara tem tido, considera que estão num ano excepcional, porque têm muita habitação vendida.-----



Também vão sempre defender que o IMI é o imposto mais injusto que existe, e gostariam de ver da parte do Senhor Presidente a retirada do mesmo e a implementação da DERRAMA.-----

Quanto ao aumento da dívida, diz que o que importa é que venha habitação e que sejam dadas oportunidades aos funchalenses.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, começou por dar nota que têm a mais alta taxa de execução na história da Câmara Municipal do Funchal em 62%, ao contrário do Partido Socialista em que as taxas de execução do orçamento e dos planos plurianuais de investimento em dois mil e dezanove foram de 37%, em dois mil e vinte de 48% e em dois mil e vinte e um de 46%. Reforçou também as grandes bandeiras que o Partido Socialista apregoou, mas que não executaram durante oito anos de governação: o Programa de Arrendamento Jovem a preços controlados anunciado no ano de dois mil e dezassete, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, zero, taxa de execução da ETAR do Funchal, Regularização de Casas de Genesis Ilegal nas Zonas Altas do Funchal, a Execução do Novo Centro Social na Freguesia de Santa Luzia, a Criação de Estacionamento no Centro do Funchal através do projeto da Revitalização da Praça do Município anunciado em dois mil e vinte.-----

Analisando os dados espelhados na gestão do Funchal Sempre à Frente, disse que 19,5 milhões de euros equivale a 62% de execução do Plano Plurianual de Investimentos, em que durante o ano de dois mil e vinte e dois realizaram: a aquisição de trinta e uma viaturas pesadas de recolha de lixo que rondou 3,6 milhões de euros, vinte e dois equipamentos e máquinas que têm que ser operacionalizadas com recursos humanos, foram vendidos 9,9 milhões de m² de água, um aumento de 7% face a dois mil e vinte e um.-----

Sobre a questão dos jovens, aquela Câmara fez um pensamento estratégico de futuro para fixar jovens no concelho do Funchal, recorrendo a que a partir de janeiro de dois mil e vinte

e três, os jovens até trinta e cinco anos ou casais com idade média de trinta e oito anos, estão isentos de pagar IMT à Câmara Municipal do Funchal. -----

Na rubrica de despesas houve um decréscimo de quase meio milhão de euros em estudos, pareceres, projetos e consultadoria. -----

Programas sociais: investimento social para as famílias, Programa de Formação em Contexto de Trabalho, Apoio à Natalidade e à Família, Programa de Atribuição do Subsídio Municipal de Arrendamento, o PRESREVA, O Programa de Bolsas aos Estudantes do Ensino Superior e Atribuição de Manuais Escolares e Tablets para o Ensino. -----

Sobre o Apoio à Natalidade e à Família aquela autarquia em dois mil e vinte e dois, ajudou mil quatrocentas e vinte e cinco pessoas em trezentos e cinquenta mil euros. O Subsídio Municipal ao Arrendamento ascendeu 1,3 milhões de euros e apoiaram mil quinhentas e setenta e cinco famílias. -----

No âmbito da Descentralização Administrativa que visou a transferência de competências relacionadas com a gestão e manutenção de alguns espaços verdes, em dois mil e vinte e dois as Freguesias receberam 1,3 milhões de euros. -----

Finalizou dizendo que aquela é a imagem e o projeto do Funchal Sempre à Frente que com aquele Relatório, mostrou, durante o ano de dois mil e vinte e dois, a capacidade de lançar projetos transformadores que permitam melhorar as condições de vida aos funchalenses, e que ao mesmo tempo aumentem a atratividade do Funchal do ponto de vista económico, tendo em vista uma maior captação do investimento privado, porque os funchalenses tudo merecem. -----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE, considerou deselegante e desonesto o Senhor Deputado que lhe antecedeu falar como falou dos oito anos do anterior executivo, quando, segundo as suas palavras, disse ser o “pai” de muitas



das medidas que eram feitas e que grande parte dos documentos de contas, orçamentos e etc., tiveram a viabilização da bancada do CDS da altura. -----

Por isso, perguntou se esse CDS da altura ainda existe e se ele confirma ou não aquelas acusações. -----

--- **A Senhora Vice-presidente da Câmara** esclareceu as questões que lhe foram suscitadas: “Em primeiro lugar houve um aumento de 47% dos apoios sociais. Houve um reforço de 69% dos apoios à educação, só na parte de pequenas obras de requalificação houve um aumento de 127%. A sua estranheza relativamente à norma SNC, porque é que não foi feita em 2021, porque em 2021 tomamos posse a 20 de outubro, é uma norma obrigatória. Nessa altura dissemos que iríamos cumprir num ano inteiro do nosso mandato e assim o fizemos, é a primeira vez que uma normal legal se aplica aqui dentro desde a altura que ela está em vigor. Houve pagamentos em dezembro de 2021, conseguimos antecipar face à redução dos prazos de pagamento e devo-lhe dizer que ao contrário do que disse, que o prazo médio de pagamentos em 2022 baixou 18 dias. -----

Por fim, os advogados que reconhecem o valor da dívida não foram alterados, nós mantivemos a sociedade de advogados que vinha do anterior executivo e eles sim, assim como mantivemos o Revisor Oficial de Contas que vinha do anterior executivo, declararam todos que havia uma omissão de grande parte das faturas da ARM, uma vez que o anterior executivo guardava as faturas e não registava nem contabilizava. O que nós fizemos foi colocar em provisões que é assim que as normas obrigam a fazer. Em relação ao que lê da enfase, é exatamente a que vem dos anos anteriores com a atualização dos valores e tem a ver exatamente com a ARM.” -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** elucidou: “Em apenas 1 ano e meios nós reduzimos a responsabilidade de que a Câmara tinha, nós retiramos as faturas da gaveta que estavam escondidas e voltamos a contabilizá-las, que é a dívida encapotada que os Senhores não

assumem, em que fizeram uma bandeira muito grande de que tinham reduzida a dívida, mas afinal ela estava escondida e dentro das gavetas da Câmara. Nós não aumentamos a fiscalidade, a Senhora Deputada confunde carga fiscal com receitas fiscais, uma coisa é a receita fiscal que tem a ver com a arrecadação de verbas, neste caso da Câmara é o IMI e o IMT e é derivado do crescimento económico, da confiança que os investidores têm, das transações que são feitas. Outra coisa é o nível de fiscalidade que nós baixamos, por exemplo, eliminamos a DERRAMA, nós devolvemos IRS à população, nós temos um planeamento fiscal com responsabilidade até ao final do mandato, ou seja, os munícipes e os empresários sabem com que é que contam da política fiscal da Câmara em 2022, 2023, 2024 e 2025, nós estamos a gerir com cabeça, tronco e membros. Nós ficaríamos muito preocupados se os Senhores votassem a favor destas contas, porque estas não têm nada a ver com o vosso tempo e ainda bem, por isso agradeço e espero que votem contra estas contas e esta arrumação e limpeza que nós estamos a fazer, quer na Câmara quer nas empresas municipais e faço votos também que votem contra todos os aumentos de apoio que nós estamos a fazer, quer na área social, quer na área da educação, quer na reabilitação de imóveis, no apoio aos jovens, no aumento de bolsas de estudo, nos regulamentos que estamos a modificar para chegar a mais beneficiados e com maior verba. Portanto, espero que votem contra estas contas que é para ficar de uma vez por todas, todas as dúvidas aqui esclarecidas, aliás a Senhora Deputada é membro de um partido que tem tido um grande papel a esse nível a nível nacional, ou melhor após esta brilhante recuperação económica que o País teve, os Senhores conseguiram aumentar a dívida e aumentar a carga fiscal sobre o PIB a nível nacional, já vai em 36%, não há nenhum país com esta carga, em 27 países da união europeia nós somos o sétimo País com o pior PIB per capita, ou seja o modelo de gestão que os Senhores queriam transportar para a Madeira e não conseguiram, porque felizmente a população da Madeira já acordou e já viu isso há



muito tempo. -----

Só para terminar, Senhora Deputada Municipal às vezes tenho de ter mesmo paciência para não lhe responder à letra. A Senhora Deputada pela terceira vez, hoje, vem aqui fazer uma insinuação quanto a pessoas familiares. Senhora Deputada eu não sei, nem conheço muito bem a vida familiar do meu irmão, porque não me diz respeito, tal como não me diz respeito a sua vida familiar nem aquilo que a Senhora faz. Só sei uma coisa, o Dr. Alves Teixeira quando cheguei à Câmara em 2005, já era advogado da Câmara há mais de 15 anos, o meu irmão, entretanto, fez as opções que fez na vida dele, se ele é casado hoje, ele não me deu conhecimento porque eu até agora só fui a um casamento que foi quando tínhamos 19 anos, portanto o Dr. Alves Teixeira não é sogro do meu irmão, nem tem nenhum relacionamento familiar comigo, mas eu não vou lhe responder ao mesmo nível que a Senhora Deputada pretendia, nem vou entrar em esquemas que queria que eu entrasse. Eu só vou lhe pedir pela terceira vez para ter cuidado e para ver os telhados de vidro que existe no seu partido, e pior, que a Senhora foi conivente enquanto estava dentro do gabinete do Ex-presidente da Câmara desta Casa, como Adjunta, portanto foi conivente com muitas situações que se passaram aqui dentro, por isso não fale da vida dos outros sem olhar para aquilo que também foi corresponsável, e se quiser falar em sogros e sogras era bom perguntasse dentro do PS-Madeira e dentro da Ex vereação, quem foi a sogra que esteve aqui a trabalhar a ocupar programas de ocupação de trabalho temporário e queriam que entrasse dentro da Câmara, isso é que é grave e a Senhora foi conivente porque aceitou esses trabalhos. Nem me vou alongar mais porque se quisesse outro rol de outras situações familiares, e graves, que foi uma agência de emprego que funcionou aqui dentro e nas empresas municipais, teríamos muito para falar."-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Cinco - Documentos de Prestação de Contas de 2022, ao abrigo do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25º da**

Lei 75/2013, de 12/09, sendo **aprovado por maioria** com vinte e quatro votos a favor da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda catorze abstenções, sendo oito do PS, três do BE, uma do PAN, uma do MPT e uma da CDU.-----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o MPT se absteve porque não tem a realidade de tudo.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, declarou: "Nós chegamos a este ponto para votar a favor. Dê-vos dizer que fiquei um pouco incomodado com esta ideia das conexões familiares em relação a determinadas decisões e que realmente urge acabar com isso, hoje já falamos das baboseiras de abril, mas estas sim são as verdadeiras baboseiras, há que acabar com isto, baixamos um pouco o nível neste debate.-----

Quero dar em parte os parabéns à Câmara por aquilo que já foi concretizado, continuem nesse caminho e que consigamos sob o ponto de vista ético, melhor um pouco algum tipo de insinuações que realmente são dispensáveis e que era importante que fizéssemos aqui escola."-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Seis - Proposta de Deliberação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Funchal, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 6º da Lei 33/1998, de 18/07**, que prescindiu de o apresentar.-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do PS**, manifestou: "Senhor Presidente cada dia que passa a cidade do Funchal está mais insegura. Na semana de 17 a 31 de abril, na Rua Fernão de Ornelas, quatro mulheres que se encontravam numa esplanada foram atacadas por um indivíduo munido de arma branca. -



Na Avenida do Mar, junto à Marina do Funchal, um cidadão polaco foi assaltado por quatro homens. Na Avenida do Infante, outro cidadão estrangeiro foi assaltado por quatro homens e teve de receber tratamento hospitalar. Na Rua Fernão de Ornelas, uma loja foi assaltada tendo sido levado o fundo de maneio da caixa registadora. Na Rua da Alfândega, outra loja foi assaltada. Na Rua 31 de Janeiro, novamente uma loja foi assaltada. Estes são alguns exemplos de como a nossa cidade está neste momento.-----

A 24 de janeiro do corrente ano, o Senhor Presidente do Governo Regional declarou que não há insegurança na Madeira, nem sequer no Funchal. Ora, o recente relatório anual de segurança interna, referente a 2022 vem desmentir o governante. A criminalidade violenta e grave cresceu mais na Madeira, sendo que a Região registou em 2022 a maior subida do país e o número mais elevado dos últimos 11 anos. Aumento do consumo e tráfico de estupefacientes, a proposta do PS e que o PSD rejeitou, **Polícia Municipal, policiamento e proximidade feito pela Polícia Municipal para as questões de mobilidade e de fiscalização, libertando efetivos da PSP – Polícia de Segurança Pública.** A Polícia Municipal pode dar ordem de detenção e entregar as pessoas à PSP, combate da criminalidade que deveria ser o foco da PSP e com a Polícia Municipal aquela ficaria mais livre para esse objetivo. O Ministério da Administração Interna apoia o equipamento e a montagem desta Polícia, o PSD argumenta com câmaras de vigilância, a China controla tudo para vigiar todos os cidadãos. É isso que se quer com a montagem das câmaras de vigilância no Funchal?-----

O Funchal tem um grave problema de consumos e de pobreza, tapar esta realidade do alcoolismo e consumos, passando a ideia do cantinho do céu não ajuda a resolver a situação, antes a encobre. O fenómeno de pessoas sem abrigo cada vez é maior. Onde está o PSD que andou a bradar contra os casos que havia quando a Confiança era poder na Câmara Municipal do Funchal? Agora os casos são cada vez em maior número e

alastram para todas as freguesias do concelho do Funchal. -----

O Presidente Pedro Calado, diz que tira cada vez mais pessoas da rua, mas não deve de saber onde as coloca pois elas surgem como cogumelos por toda a cidade. A degradação das políticas sociais deste governo, tem contribuído para o aumento da pobreza originando criminalidade na Região e em particular no Funchal, o que é urgente uma inversão de políticas com maior investimento, pois só assim é que se consegue abordar o problema social da pobreza e da criminalidade na Região.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o MPT a seu tempo defendeu a criação de uma Polícia Municipal na cidade do Funchal, a fim de diminuir a criminalidade, embora considere que aquela está associado a problemas sociais, toxicoddependência, falta de oportunidades e pobreza. Também já apresentou propostas sobre aquelas causas no sentido de tornar a sociedade mais saudável. Por isso, têm que reverter aquele problema, mas não é um “papelinho” que uma mera Assembleia Municipal de segurança, que vai melhorar, é preciso é irem para o terreno, atuar e fazer algo diferente.

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** manifestou: “Senhor Deputado Gabriel Oliveira o meu conselho é que envie ao seu Ministro da Administração Interna, a sua resenha dos casos do dia, porque ele é que tem a faca e o queijo na mão. Nós já nos reunimos com ele várias vezes, já propusemos várias soluções e continua sem fazer nada. Vem à Madeira e diz que está pronto para assinar o Contrato Local de Segurança, que tem quatro fases, uma fase de diagnóstico que vai demorar quatro meses, uma fase de fazer um plano de ação que vai demorar mais cinco meses, uma fase de medidas concretas de implementação e a implementação. Portanto, isto é a gestão do Partido Socialista mais uma vez e de quem tem somente e só do lado dele a faca e o queijo na mão, quem pode contratar mais polícias, quem pode dar competência à GNR – Guarda Nacional Republicana é o Ministro da Administração Interna, nós damos soluções, nós tentamos falar com ele, agora



todo o resto está lançando poeira para os olhos dos funchalenses.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, disse: “É muito fácil mandar as culpas para cima do Governo da República, o problema é que a Câmara Municipal do Funchal neste momento já está a correr atrás do prejuízo. Se a Polícia Municipal tivesse sido aprovada nesta Assembleia quando foi proposta e veio aqui, hoje certamente não estaríamos na situação que estamos, porque a Polícia Municipal nas competências que tem no que diz respeito à mobilidade e trânsito, no que diz respeito à fiscalização, mas tem também uma das competências, que na altura já tive oportunidade de aqui referir, na segurança dos edifícios. E um dos argumentos era o aspeto financeiro e acabaram de adjudicar um procedimento para uma prestação de serviços para a segurança e vigilância de edifícios, num montante de 2 milhões de euros, quando a Polícia Municipal teria exatamente essa competência, além de eventos desportivos, culturais, há todo um conjunto de competências e que naquilo que são as experiências noutras cidades as Polícias Municipais, libertam a Polícia de Segurança Pública para aquelas que são as suas reais e efetivas competências inerentes e que são exclusivas, que é a segurança de pessoas e bens.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, dirigindo-se ao Senhor Vereador Bruno Pereira disse que nos anteriores mandatos as bancadas do PSD e do CDS, tiveram a faca e o queijo na mão para aprovarem a Polícia Municipal. Mas, por o estudo mencionar que a Polícia Municipal custava 1 milhão de euros, para aquelas bancadas era um argumento de que era muito dinheiro para gastar na Polícia Municipal. Contudo, o atual executivo aprovou numa reunião de Câmara um procedimento para investir dois milhões de euros na segurança dos edifícios. Logo, um milhão de euros era muito dinheiro para fazer a Polícia Municipal para toda a cidade, que libertaria a PSP das tarefas mais burocráticas, mas dois milhões de euros só para a segurança de edifícios

já é válido. -----

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** relativamente à questão da Polícia Municipal, disse: “É mais uma vez uma discussão que, infelizmente por eventualmente cegueira política, já tivemos várias vezes. Existem 33 Polícias Municipais em 308 Municípios. Não chega a 10% dos Municípios que tem a Polícia Municipal, se fosse realmente algo tão especial e tão importante, a pergunta que eu digo é que toda a gente a tinha, mas não, porque será que isto acontece. E não venha falar do Município de Lisboa e do Porto que são os maiores, onde a Polícia Municipal existe e que tem a ver com uma questão histórica e não com esta legislação criada em 1998. -----

A Polícia Municipal tem competências em matéria de fiscalização municipal, de ordenamento de trânsito e de mais umas questões pequenas. A questão que dizem em relação ao trânsito não é verdade, grande parte dos trabalhos que estão a ser feitos, nomeadamente aqueles que a Câmara tem vindo a fazer, são Polícias que são remunerados e pagos pela Câmara para esse efeito. Ora, se entre pagar à PSP um valor há volta de 10/15 mil euros por ano para esse trabalho, eu pergunto se não é mais barato do que pagar 1 milhão e 200 mil euros por uma Polícia Municipal. -----

Falando de portaria, se nós temos situações de segurança e portaria que são obrigatórios e dentro dos edifícios para rondas que são feitas, conforme a lei, são da competência de empresas de segurança e não da Polícia Municipal, nem da PSP. Volto a dizer, a Polícia Municipal se fosse tão boa em Portugal, tenho a certeza que de todos os partidos políticos existiria maior número. Portanto, Senhora Deputada esses números que dizem, não são verdadeiros e aquilo que falamos em relação à PSP é o seguinte, a solução que foi proposta ao Senhor Ministro da Administração Interna não acarreta custos, tem a ver com questões de otimização dos meios existentes na Região, implicam alteração de competências orgânicas em matéria de competência territorial entre as várias Polícias existentes no nosso



País. Portanto é uma solução que não significa acréscimo do ponto de vista do erário público ao contribuinte, mas com meios que já existem na Região, daí que estou a dizer que não é demagogia alterar competências, alterar orgânica para melhorar a segurança do Funchal. Não é pedir mais meios nem despesa, é alterar uma simples lei que dá e atribui competências à GNR e à PSP.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, refutou: “A lei 19/2004 no artigo 3º - Funções da polícia, no nº 2 diz: *As polícias municipais exercem, ainda, funções nos seguintes domínios:*-----

a) *Vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas, em coordenação com as forças de segurança;*-----

b) *Vigilância nos transportes urbanos locais, em coordenação com as forças de segurança;*

c) *Intervenção em programas destinados à ação das polícias junto das escolas ou de grupos específicos de cidadãos;*-----

d) *Guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, ou outros temporariamente à sua responsabilidade;*-----

e) *Regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal.*

Para além do que diz o nº 1 do mesmo artigo: *As polícias municipais exercem funções de polícia administrativa dos respetivos municípios, prioritariamente nos seguintes domínios:*

a) *Fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais;*-----

b) *Fiscalização do cumprimento das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba ao município;*-----

c) *Aplicação efetiva das decisões das autoridades municipais.*-----

Portanto, não é desconhecimento nem ignorância, se calhar, a ignorância é sua, Senhor Vereador.”-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** interveio dizendo: “Queria balizar um pouco aquilo

que nós estamos aqui a apreciar e a aprovar, o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Funchal e ainda ninguém falou do mesmo. Este Regulamento já está previsto na lei há muitos anos e curiosamente só foi constituído agora em 2023, portanto para quem está muito preocupado com a segurança, pasme-se, porque é que nos anos anteriores não o fizeram. Inclusivamente em tão pouco tempo já demos soluções e estamos só à espera da sua implementação. Até lá urge ser correto na análise e aquilo que o Senhor Vereador disse é bem verdade, mas já agora para sermos mais precisos a Senhora Deputada falou num concurso de 2 milhões de euros, mas só se esqueceu de dizer que esse valor é por 3 anos, portanto se a Polícia Municipal custa algures 1,5 milhão de euros por ano, este serviço de segurança que estamos a contratar custa 600 mil euros por ano.-----

Queria vos dizer que só quem não acompanhou o que se passou no país, e antes de entrarmos tive a oportunidade de assistir várias vezes a várias greves nacionais da Polícia Municipal no Porto, em Lisboa, no centro do País, porque a carreira dos polícias municipais nunca foi atualizada, como não foi ainda atualizada a carreira da PSP e da GNR. Quer isto dizer que os fiscais municipais das respetivas Câmaras, ganham muito mais do que um polícia municipal, e aquilo que nós dissemos é que não queríamos constituir mais empresas municipais, nem mais órgãos de angariação de mais postos trabalhos, é preferível admitirmos mais pessoas para a fiscalização municipal, já estamos a fazer a admissão de mais 9 fiscais municipais para contratualizar a sua admissão e reforçar aquilo que nós estamos a fazer. Nós estamos a investir muito na segurança do Funchal, estamos a trabalhar em conjunto com as entidades e estamos a fazer um trabalho sério. Investimos na parte social, investimos na segurança, investimentos no relacionamento com as entidades e estudamos soluções para serem implementadas rapidamente. Aquilo que pedimos é uma intervenção elevada. Senhores Deputados com a vossa esfera de influência a nível nacional, inclusivamente tem lá pessoas que já passaram por esta Casa, em vez de

virem à Madeira fazer visitas à Loja do Cidadão e fazer o show off natural, eles que exerçam a sua influência junto de quem de direito para dar ao Funchal estas soluções que nós já pedimos e que não custam dinheiro.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Seis - Proposta de Deliberação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Funchal, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 6º da Lei 33/1998, de 18/07**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e dois da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal **Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que urge arranjar uma solução para o Funchal, porque está verdadeiramente perigoso, mas aquele Regulamento não vai modificar nada. -----

--- A Senhora Deputada Municipal **Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou: “Ainda bem que o Conselho vai ser criado e esse é um passo que é importante, mas que nós sabemos que não vai resolver o problema e nos últimos meses deste último ano a situação agravou-se sobremaneira no Funchal e neste momento, como já disse, estamos a correr atrás do prejuízo e muito, por a Polícia Municipal não ter sido criada no Município.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Sete - Proposta de Deliberação do Regulamento Municipal do Orçamento Participativo do Funchal (RMOPF), ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que explicou: “Trazemos aqui um novo RMOPF - Regulamento Municipal do Orçamento Participativo do Funchal, em que as verbas consagradas no Orçamento que foi apresentado em dezembro para o ano de 2023, perfaz 550 mil euros. Decidimos reformular o Regulamento, desde logo vamos sistematizá-

lo em quatro categorias: -----

- Projetos Juvenis, onde poderá aceder qualquer jovem entre os 14 e os 18 anos. -----

- Projetos Escolares, onde poderá aceder alunos que frequentam as escolas públicas no Funchal. -----

- Projetos Concelhios, cidadãos maior ou igual a 18 anos. -----

- Projetos Seniores, munícipes com idade maior ou igual a 55 anos. -----

Qualquer cidadão poderá votar em dois projetos, de resto o Regulamento o que detalha é a composição da equipa de apoio técnico, da análise técnica, a fase procedimental e os ciclos de execução e orçamentais.” -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, mostrou-se preocupado por a consulta pública não ter tido qualquer participação, porque é importante a participação dos cidadãos na vida dos Municípios, como em todas as outras áreas. Lembrou que a questão do Orçamento Participativo foi realmente um sucesso e o que a nível nacional teve a maior taxa de participação de cidadãos. Por isso, considera-o importante para o desenvolvimento da cidade, para os cidadãos e que é importante também melhorá-lo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o Orçamento Participativo é uma das ferramentas mais importantes do concelho do Funchal, porque dá a oportunidade de todos participarem, por isso o MPT está sempre determinado a aprovar aquele tipo de pontos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto Sete - Proposta de Deliberação do Regulamento Municipal do Orçamento Participativo do Funchal (RMOPF)**, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, à votação sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte

e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** para apresentar o **Ponto Oito - Proposta de Deliberação do Regulamento de Bolsas de Mérito e de Valor, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que enquadrou: “É a primeira vez que o Município tem uma bolsa que valoriza o mérito e o valor de quem termina o ciclo académico. É uma proposta que pretende valorizar não só um desempenho escolar excecional, mas simultaneamente o percurso individual do estudante através de um conjunto de aferição de um conjunto de caraterísticas. Esta será uma nova forma do nosso executivo mostrar e entender o mérito um pouco além do excelente desempenho académico, de uma forma mais dimensional, dando mais importância a valores essenciais numa sociedade que se quer produtiva, desenvolvida, mas acima de tudo humanizada. Acreditamos que esta será uma forma de também de passarmos a nossa mensagem, porque acreditamos que está sempre no equilíbrio entre as competências cognitivas e emocionais, que teremos pessoas mais equilibradas e com maior potencial para uma participação e ação plena no seu exercício de cidadania. Como disse, é a primeira bolsa no Município e na Região que olha a outras caraterísticas para além da nota final de ciclo, abolindo uma tendência tecnocrata muito presente na nossa sociedade. Do ponto de vista da sua caracterização teremos neste orçamento 30 mil euros para estas bolsas, que têm um valor de 2 mil euros cada uma. Teremos este ano 15 bolsas e até aos 35 anos de idade e serão atribuídas após cada ciclo de estudos e não cada ano letivo. Teremos também uma avaliação em que 50% estará afeta à nota de fim de ciclo e os outros 50% divididos, 25% para o currículo e 25% para a entrevista.”-----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, expôs: “O Partido Socialista considera que as bolsas são muitíssimo importantes para ajudar as pessoas a melhorarem as suas competências, a verem o seu trabalho reconhecido e representam igualmente um investimento no futuro das comunidades, em que essas pessoas irão posteriormente trabalhar ou dar os seus contributos. Neste projeto em concreto veio-me logo à mente as considerações que o Michael Sandel coloca no seu livro que se chama *A Tirania do Mérito*, o que aconteceu ao bem comum. Com efeito este filósofo, que é reconhecido internacionalmente, chama-nos a atenção para a necessidade de repensar os conceitos de sucesso e de meritocracia, que tem acompanhado a globalização e também a desigualdade que tem crescido cada vez mais em todo o mundo, e que tem sido um terreno muito fértil para o aumento do populismo. Na sociedade atual o discurso do mérito ou do valor, que este regulamento também coloca na sua designação, tem reforçado a desigualdade social lançando as culpas do insucesso para as pessoas que já vivem em situações de vulnerabilidade e com enormes desníveis sociais e culturais quase inultrapassáveis. O discurso meritocrático, como diz o Michael Sandel, reforça a arrogância dos vencedores e fomenta a raiva e a frustração de quem nunca conseguirá vencer as barreiras da desigualdade em que vive. Por isso, as palavras da Senhora Vereadora são realmente importantes, é preciso avaliar o trabalho das pessoas também por outras categorias, concordamos inteiramente. Olhando para este regulamento há coisas que dificilmente fugirão à subjetividade e esta é a questão que aqui colocamos, embora estejamos de acordo com este regulamento.-----

Se atentarmos ao preâmbulo, o conceito de mérito é definido desta forma: *esta forma, o mérito surge como um novo construto, que vai além do desempenho escolar, caracterizando-se por uma visão dimensional do estudante, que contempla características, competências e valores individuais como a resiliência, a empatia, a cidadania e a*



proatividade. -----

No artigo 8º fala-se da avaliação das candidaturas e no ponto nº 4 diz-se: *A entrevista visa avaliar as competências psicossociais e pessoais dos candidatos, tais como a Motivação, Comunicação e Capacidade de Adaptação e Resiliência.* -----

Por isso parece-nos que o grau de subjetividade para avaliar o mérito e o valor são muito elevados, mesmo que se apliquem fórmulas matemáticas. Estes são os aspetos para os quais nós alertamos o executivo, e que isto seja tido em conta quando estiverem em vigor estes prémios e estas bolsas, embora voltemos a reforçar aquilo que afirmamos logo no início, o Partido Socialista considera que as bolsas, e neste caso os prémios, são sempre um bom instrumento para ajudarem as pessoas a melhorarem as suas competências, representam também um investimento no futuro das comunidades e isso não é gastar dinheiro, isso é fazer um investimento.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o MPT é completamente a favor daquela medida, porque é muito importante para os funchalenses e para as pessoas serem valorizadas, e saberem que têm sempre alguém que lhes possa dar a mão e dizerem o que eles valem. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Marco Aurélio da Mata Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, comentou: “É preciso ter em conta que este Regulamento de Atribuição de Bolsas de Mérito e de Valor, surge subsequentemente ao alargamento que foi efetivado no que diz respeito às bolsas de estudo. Como é do conhecimento de todos nós, este alargamento abrange agora a oferta formativa integral, licenciaturas, mestrados, mestrados integrados e agora mais recentemente doutoramentos. E falando em mérito, é desta forma que este Regulamento surge. Quando a Senhora Deputada refere a entrevista, eu sou um jovem funchalense, já fui submetido a várias entrevistas para aceder ao mercado de trabalho e eu sei claramente, como todos os presentes, não há dúvida alguma que uma

entrevista é um parâmetro que permite avaliar competências qualitativas que, por exemplo, na proposta apresentada pelos Vereadores do PS em reunião de Câmara, queriam avaliar essas candidaturas tendo em consideração as unidades curriculares e o aproveitamento para o respetivo ano, mas uma entrevista é algo que permite desempatar em contexto da avaliação das candidaturas. Por isso, acho que a questão colocada não faz sentido, na medida em que sem dúvida alguma permite promover a hierarquização dessas candidaturas.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, começo por dizer que: “A visão do Município neste caso é nobre. É nobre incentivar os jovens a aprimorar as suas competências, é nobre premiar aqueles que se dedicam, mas também há uma ideia que é importante e da qual discordo, que é de dar tanto peso à entrevista, porque essa não é palpável. Todas as sociedades humanas hoje têm a necessidade de justificar as desigualdades, e projetos como este visam ajudar a colmatar as mesmas. É importante que apostemos nos jovens, é importante que demos a todos a capacidade para eles poderem otimizar aquilo que têm, não esquecendo nunca que nem todos partimos do mesmo ponto. E relativamente ao mérito é essa a nossa preocupação estrutural, agora a ideia em si é extremamente válida, sem dúvida merece a nossa total concordância.”-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** explanou: “Esta é uma Bolsa que pretende avaliar o mérito e o valor e não a condição socioeconómica do candidato. A maioria dos concursos para não falar na totalidade têm uma entrevista com uma cotação de 50%, portanto nós reduzimos aqui para 25%. É importante que haja esta entrevista e como forma de reduzirmos a subjetividade existem formas atestadas cientificamente para a reduzir. Esta entrevista será, por exemplo, semiestruturada em que iremos também conseguir transformar cada variável na estruturação da entrevista, criando uma matriz tipo lincard com scord para depois podermos reduzir esta subjetividade, não a iremos reduzir a



100%, mas é um passo porque temos a consciência que as pessoas mais válidas na nossa sociedade foram efetivamente aquelas que tiveram média de 19 ou de 20. Damos este passo em que assumimos um risco de sair da zona de conforto, porque consideramos que este é um passo importante nesta matéria, e valorizar outros aspetos que sabemos que são fundamentais na formação do indivíduo, do seu futuro e do seu papel na sociedade.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, aclarou: “Sobre a intervenção do Senhor Deputado Marco Pereira, quero dizer que se surgiram essas dúvidas, é porque não me expliquei bem. O que eu queria dizer é que nós não estamos contra a entrevista nem contra nada do que aqui está, o que nós queremos dizer é que transformar uma nota da empatia de 0 a 20. Como é que se avalia a empatia, quem é que é mais empático, como é que vai avaliar a resiliência dos candidatos? Porque tem que ser colocado numa fórmula matemática. Nós sabemos que no ensino há uma serie de variáveis que são difíceis de contabilizar matematicamente por mais instrumentos que existam para tentar eliminar um pouco essa subjetividade. Aliás nós sabemos que a avaliação é uma atividade que ela por si só já inclui subjetividade, portanto o que nós estamos aqui a dizer é que a entrevista é boa, conversar é bom, o que nós queremos é que tivessem bastante consciência e os funchalenses também, que o mérito, para já nem toda a gente que consegue acabar uma licenciatura, um mestrado ou um doutoramento, está nas mesmas condições porque não partiram todos do mesmo ponto. E como disse a Senhora Vereadora com toda a razão, temos que lutar para sermos mais humanos e criar instrumentos para mais humanidade e deixar um pouco que as notas tenham o peso todo. Agora o que eu estou aqui a chamar à atenção é que é muito difícil contabilizar numericamente as questões da empatia e da resiliência.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS**, expôs as seguintes dúvidas: “Em termos de avaliação, nomeadamente na parte da avaliação

curricular, o que é que é contabilizado dentro das atividades científicas e académicas, que não está contabilizado dentro da nota final da avaliação curricular?-----

Como é que é medido ou não a parte do associativismo?-----

Se incluiu ou não a participação política, por exemplo, ou só a participação desportiva? ---

Qual é o tipo de formação que ali aparece com um quarto dessa avaliação curricular? ----

Que tipo de voluntariado espera valorizar mais ou menos?"-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** esclareceu: “De numa forma muito sumária, quero garantir que as pessoas que estarão à frente deste processo, são pessoas habilitadas para o fazer e para avaliar e não ficará na subjetividade de uma pessoa. Portanto, teremos um júri composto por mais pessoas, haverá um despacho aquando da altura do concurso especificando algumas características que são importantes, e iremos valorizar características do percurso individual da pessoa que vão para além daquela nota final do ciclo que obteve, como associativismo, voluntariado e tudo declarado e muito bem fundamentado. Teremos esse rigor como temos em toda a nossa avaliação de uma forma transversal. Logo, a seu tempo irão perceber. É um passo que se dá, mas acho que temos de sair da zona de conforto para conseguirmos fazer mais e melhor.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Ponto Oito - Proposta de Deliberação do Regulamento de Bolsas de Mérito e de Valor, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, sendo aprovado por unanimidade** com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, sete votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS,** declarou: “O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, embora alerte para



o facto do mérito e do valor serem conceitos que dificilmente podem ser avaliados com fórmulas matemáticas, ou grelhas de Excel, acabando por resvalar para decisões subjetivas e tendenciosas e reforçando as desigualdades em que as pessoas que se candidatam já se encontram.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Nove - Proposta de Deliberação da alteração de denominação social – Associação Sem Fins Lucrativos “IDEASSOC – Instituto para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológica Associação”**, ao abrigo do disposto nas als. n) do nº 1 e k) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, na sua redação atual e ainda com o regime constante do nº 1 do art.º 53º, por força do disposto pelo nº 4 do art.º 56º, ambos da Lei 50/2012, de 31/08, na sua redação atual, bem como nos termos do art.º 164º do Código do Procedimento Administrativo, que disse: “O que está aqui em questão é a alteração da firma, o registo nacional de pessoas coletivas o que aprovou como firma do instituto que já foi aqui aprovado é este que trazemos aqui para efeitos de retificação.” -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal **José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, questionou a razão da diminuição dos parceiros. -----

--- A **Senhora Vice-presidente da Câmara** esclareceu: “Na última Assembleia Municipal foi explicado que existia um procedimento que tinha que dar entrada na Comissão Europeia para não falharmos um dos projetos comunitários que existiam e, por isso, não tinha sido constituído com todos os parceiros. Mantém-se a disponibilidade, a recetividade, a abertura e a esperança que venham no futuro ingressar.” -----

--- O Senhor Presidente colocou à votação o **Ponto Nove - Proposta de Deliberação da alteração de denominação social – Associação Sem Fins Lucrativos “IDEASSOC –**

Instituto para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológica Associação”, ao abrigo do disposto nas als. n) do nº 1 e k) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, na sua redação atual e ainda com o regime constante do nº 1 do art.º 53º, por força do disposto pelo nº 4 do art.º 56º, ambos da Lei 50/2012, de 31/08, na sua redação atual, bem como nos termos do art.º 164º do Código do Procedimento Administrativo, sendo **aprovado por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto da CDU e uma abstenção do MPT.-----**

--- Por esta ocasião o Senhor Presidente da Assembleia pediu para se ausentar da Mesa durante cinco minutos, sendo substituído pelo Primeiro Secretário, Roberto Vieira, e este pela Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva.-----

- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que o MPT se absteve, porque apesar de só ter mudado o nome, julgam ser da responsabilidade da Câmara a saída de algumas empresas.-----

--- **O Senhor Secretário da Mesa, Roberto Vieira**, colocou à apreciação o **Ponto Dez - Proposta de Deliberação de Alterações ao Regulamento do Programa Municipal de Apoio à Conservação, Reparação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carenciados do Município do Funchal – PRESERVA**, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09.-----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, perguntou qual é o valor orçamentado para o Programa PRESERVA?-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que apesar



de aquele ser um programa essencial para a cidade do Funchal, julgam que deveria de estar inserido na SocioHabitaFunchal, para aquela ter um projeto amplo da cidade do Funchal.-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** informou: “Sobre o valor orçamentado fizemos uma serie de alterações porque realmente o apoio encontrava-se trancado e não tínhamos possibilidade de prosseguir com os processos, apesar de termos algumas manifestações de interesse.-----

Este apoio teve um aumento face a 2021 de 60%, temos em orçamento este ano 80 mil euros para este apoio, mas cujo este tipo de beneficiação e reparação de moradias degradadas do nosso Município para pessoas que apresentem necessidade comprovada, é um apoio complementar a um outro apoio que no âmbito do Apoio ao Associativismo nós deliberamos para a Associação ASA num valor de 225 mil euros, que irá complementar no âmbito da Estratégia Municipal à Habitação do nosso Município, esta componente de beneficiação, reparação e dotação destas moradias que não têm condições de habitabilidade. Portanto, será no fundo um montante de 305 mil euros para este tipo de reparação, beneficiação em termos de salubridade e segurança.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, manifestou que a Associação ASA não é a melhor solução, mas sim a SocioHabitaFunchal, porque julga que deviam de valorizar as empresas municipais.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, informou: “Eu queria dizer que o PRESERVA foi criado para ajudar as pessoas a legalizarem habitações que não estavam legalizadas, até porque depois começou a acontecer as pessoas quererem vender a casa que tinham e não o poderem fazer, porque a casa não estava legalizada. Fomos informados que existe 80 mil euros para o Programa PRESERVA, se nós dividirmos esse valor por 7 mil euros, que é o valor de cada um, temos

11 casas apoiadas. -----

A minha questão é, a Câmara acaba por investir mais dinheiro na ASA, 225 mil euros, que ajuda com cimento, telhas e ferro para as pessoas se desembaraçarem, dando origem a construções ilegais. O PRESERVA antes pelo contrário, ajuda as pessoas a legalizarem a sua propriedade. Portanto, esta foi a opção desta Câmara, continuar a fornecer mais dinheiro à ASA do que a própria Câmara investe, quando tem técnicos do urbanismo, da área de engenharia, para ajudarem a população a resolverem a sua situação de uma forma legal.” -----

--- Por esta ocasião o Senhor Presidente da Assembleia voltou a ocupar o seu lugar na Mesa, para permitir que o **Primeiro Secretário, Roberto Vieira**, possa intervir: “A Senhora Deputada disse que este apoio do PRESERVA era para legalizar casas, é uma mentira, porque sabe perfeitamente que no tempo da Confiança, atribuiu 15 mil euros a famílias, cujo parecer dos técnicos dos serviços sobre essa matéria era negativo, pois na altura estavam ilegais e o regulamento dizia claramente que não se podia apoiar casas de âmbito ilegal.”-----

--- **A Senhora deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, objetou: “É lamentável esta intervenção do Senhor Deputado Roberto Vieira, porque quando não há argumentos tenta-se fazer ataques pessoais e digo que é mentira o que acabou de dizer, e é muito estranho que decorridos quase 2 anos da cessação de funções do anterior executivo e com auditorias do Tribunal de Contas, Fiscalizações da Inspeção Geral Tributária, nunca tenham sido detetadas essas irregularidades que diz existir. Porque existia uma equipa técnica que procedia à avaliação destes projetos constituída por arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e é com base nessa informação que o processo é despachado pelo Vereador. Logo, é totalmente falso porque o regulamento não o permitia e isso não é sequer possível.” -----



- DEFESA DA HONRA: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente,** defendeu: “Senhora Deputada volto a reafirmar que acabou de seguir as mentiras da sua colega, porque quem avaliava os processos do PRESERVA eram 2 Técnicos Superiores antes de chegar à mão do arquiteto, e a verdade é que há pareceres negativos que a Senhora Deputada e Ex-vereadora, apoiou com parecer negativo dos técnicos.” -----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **A Senhora deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS,** exortou ao Senhor Deputado Municipal Roberto Vieira, que numa próxima Sessão da Assembleia, leve a documentação que comprova aquilo que diz, porque está a levantar falsas acusações.--

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do PS,** esclareceu: “Durante os mandatos anteriores enviei muitos processos para o PRESERVA, e quando essa situação era viável a Câmara desbloqueava 20 ou 30% do valor e a pessoa começava a executar as obras. Diversas pessoas vinham à Junta e nós canalizávamos através da nossa Assistente Social todo o processo para a Câmara, esta tinha o limite de 5 mil euros, portanto eu fico satisfeito com o aumento dessa verba porque vai permitir que mais famílias recuperem as suas casas. Nesses dois mandatos houve inúmeros processos que passaram pela Câmara, a sua tramitação demorava cerca de 4 meses e eram sempre vistos pelos técnicos da Câmara, e quando não tinham viabilidade não avançavam, portanto, discordo em parte com o que disse o Senhor Deputado Roberto Vieira.” -----

- INTERPELAÇÃO À MESA: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE,** interpelou a Mesa para perguntar se iniciado o ponto com uma substituição da Mesa, se a mesma não tem que se manter até ao fecho do ponto, ou se pode voltar a ocupar o lugar ainda que o

ponto não tenha terminado. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o Senhor Deputado provavelmente tem razão, mas futuramente em Conferência de Líderes podem arrumar essa circunstância.-----

De seguida passou à votação do **Ponto Dez - Proposta de Deliberação de Alterações ao Regulamento do Programa Municipal de Apoio à Conservação, Reparação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carenciados do Município do Funchal – PRESERVA**, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, que foi **aprovado por maioria** com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto da CDU e uma abstenção do MPT. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que não votaram a favor, porque não aceitam o valor que é entregue à Associação ASA, quando a Câmara Municipal do Funchal tem uma empresa municipal que tem condições para melhor ajudar do que uma Associação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à apreciação a **Proposta de Deliberação de Alterações ao Regulamento de Atribuição de Manuais e Material Escolar no Ensino Básico**, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09.--

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o Partido da Terra acompanha aquele ponto, porque considera ser muito importante e fundamental para os estudos dos jovens e que querem mais incentivos daquele género.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS**, manifestou: “O Partido Socialista tem um carinho especial por este ponto, só que continuamos a ficar



preocupados porque continuamos a não ver aqui o secundário incluído na parte dos manuais escolares gratuitos, e os funchalenses sentem-se prejudicados em relação a algumas Câmaras da Madeira que se substituem ao Governo Regional, como a Câmara Municipal do Funchal devia de se substituir ao Governo Regional quando esse falha as suas obrigações e assim incluir o secundário na parte dos manuais escolares gratuitos.” --

--- **A Senhora Deputada Municipal Alexandrina Liliana Marinho Alves, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, transmitiu: “A alteração do regulamento surge da necessidade de ajustar os apoios atribuídos às famílias relativamente aos apoios atribuídos pelo Governo Regional, numa lógica de complementaridade. Apesar de um reforço do apoio por parte do Governo Regional, entende o Município do Funchal que o agravamento da situação socioeconómica dos agregados familiares, justifica a necessidade de reforço do apoio para a concretização de um direito fundamental das crianças, que é o direito universal à educação. -----

Neste sentido, procede-se às seguintes alterações:-----

- Apoios para os alunos do 1º Ciclo: tendo em conta que o Governo Regional irá atribuir de forma gratuita os manuais e livros de fichas aos alunos das escolas públicas, será realizada uma revisão dos valores a atribuir de acordo com o seguinte: -----

- Alunos apoiados pelo Governo Regional:-----

- Alunos do ensino público e alunos do ensino privado com apoio social escolar: 30 euros para material escolar. -----
- Alunos do ensino privado sem apoio social escolar: 60 euros para apoio à aquisição de manuais escolares. -----

Este apoio será atribuído a alunos residentes no concelho do Funchal há mais de um ano, todavia de forma a que as famílias que deixarão de ter apoio no âmbito deste regulamento, residentes fora do Funchal ou há menos de um ano se possam organizar, esta medida

vigorar de forma extraordinária até ao ano letivo de 2023/2024 para os alunos que não cumpram o critério de residência, mas que estudem em escolas do Funchal. -----

Apoios para os alunos do 2º e 3º ciclo: tendo em conta que no ano letivo 2023/2024 o Governo Regional terá implementado o Programa Manuais Digitais, que também inclui os alunos do secundário. -----

Relativamente ao 2º e 3º ciclo todas as escolas públicas já têm manuais digitais. O 1º ciclo considerando dois tipos de apoio distintos para alunos residentes no concelho há mais de 1 ano das escolas públicas e das escolas privadas do Funchal. -----

Sendo assim os alunos do ensino público terão direito a 30 euros para material escolar e para os alunos do ensino privado, haverá o empréstimo de manuais escolares através do banco de manuais a que também o 12º ano terá direito.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou á votação o **Ponto Onze - Proposta de Deliberação de Alterações ao Regulamento de Atribuição de Manuais e Material Escolar no Ensino Básico, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e três votos a favor, sendo dezanove votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, declarou: “Claramente este voto demonstra que o PS está a favor da medida, mas com a salvaguarda que não concorda que todos os alunos estejam abrangidos aos manuais escolares gratuitos e não ao banco dos manuais.” -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezoito horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir

efeitos imediatos. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, Jonas Luis Duarte

--- O Primeiro Secretário, Roberto Paulo Ferreira de Almeida

--- A Segunda Secretária, Luiz Carlos Gonçalves da Silva

--- Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, Nélia Gonçalves